



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS BELÉM
DIREÇÃO DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL
CURSO TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGENTE
COMUNITÁRIO DE SAÚDE NA FORMA DE OFERTA SUBSEQUENTE
IFPA/CAMPUS BELÉM**

EIXO AMBIENTE E SAÚDE

**BELÉM – PA
2023**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CURSO TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLOGIA DO PARÁ

Reitora Profa Ana Paula Palheta Santana

Vice-Reitor Prof Fabrício Medeiros Alho

Pró-Reitor de Ensino Arthur Boscariol da Silvas

Pró-Reitora de Pós Graduação Saulo Rafael Silva e Silva

Pró-Reitora de Extensão

Pró-Reitor de Administração Danilson Lobato da Costa

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas Wanaia Tomé de Nazaré
Almeida

Diretor do CTAD Márcio Wariss Monteiro

Diretor Geral do Campus Belém Prof. Hélio Antônio Lameira de Almeida

Diretora de Ensino - DEN Prof. Diego de Leon Brito Carvalho

Diretor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação - DPI Prof. Laercio Gouveia Gomes

Diretor de Extensão - DEX Profa. Rita de Cássia Ferreira de Vasconcelos

Diretora de Administração e Planejamento - DAP Maria de Lourdes de Vasconcelos
Feio

Departamento Pedagógico e de Políticas Educacionais - Miriam Castro Marques

Departamento de Ensino Superior - DES Prof. Cleber Silva e Silva

Departamento de Educação Básica e Profissional - DEBP Prof. Eurico Cardoso
Fontes

Coordenação do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde

- Coordenadora Profa. Lidineusa Machado Araújo
- Coordenador Substituto Profa. Thais Monteiro Góes Almeida

BELÉM-PA
2023

Dados de identificação da instituição:

Nome do IF/ Campus	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/ Campus Belém
CNPJ	10.763.998/0001-30
Esfera Administrativa	Federal
Endereço Completo	Av. Almirante Barroso, 1155 – Marco, Cep: 66.093 –020
Telefone do Campus	91 993435988
Telefone da Coordenação do Curso	985267117
Site do Campus	https://belem.ifpa.edu.br/
E-mail da Coordenação do Curso	acs.belem@ifpa.edu.br
Eixo Tecnológico	Ambiente e Saúde
Carga Horária do Curso (hora relógio)	1.287 horas
Reitor	Ana Paula Palheta Santana
Pró-Reitora de Ensino	Arthur Boscariol da Silvas
Pró-Reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação	Saulo Rafael Silva e Silva
Pró-Reitor de Administração	Danilson Lobato da Costa
Diretor Geral do Campus	Hélio Antônio Lameira de Almeida
Diretor de Ensino do Campus	Diego de Leon Brito Carvalho
Equipe de Elaboração do PPC	Profª. Ma. Lidineusa Machado Araújo Profª. Ma. Thaís Monteiro Goes Almeida Profª. Dra. Priscila Giselli Magalhães Profª. Ma. Mª de Nazaré Rodrigues P. Martins Profª. Dra. Mª Helena Cunha Oliveira Profª. Dra. Andrea Fagundes Ferreira Chaves Profª. Ma. Michelle da Silva Pereira

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	5
2 JUSTIFICATIVA.....	6
3 OBJETIVOS	8
4 REGIME LETIVO	9
5 REQUISITOS E FORMA DE ACESSO	10
6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	10
7 ESTRUTURA CURRICULAR.....	12
8 EMENTAS.....	17
9 PRÁTICA PROFISSIONAL.....	17
10 PROJETO INTEGRADOR	18
11 ESTAGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	19
12 ATIVIDADE DE TUTORIA	20
13 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-TICS NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM.....	20
14 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS.....	21
15 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	22
16 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	25
17 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	27
18. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	29
19 DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO.....	30
20 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS.....	35
21. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO	37
22 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	40
23. DIPLOMAÇÃO	46
24. Referências Bibliográficas	47
25. ANEXOS ou APÊNDICES	49
25.1 APÊNDICE A: Equivalências entre os componentes do PPC de 2017 e 2023.....	49
25.2 APÊNDICE B: Ementas dos componentes curriculares do 1º, 2º e 3º semestres do curso.....	50
25.3 APÊNDICE C: Questionário de avaliação de curso técnico subsequente (Avaliação Discente).....	76
25.4 APÊNDICE D: Questionário de avaliação de curso técnico subsequente (Avaliação Docente).	79

1 APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA foi criado por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Esta lei institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação. O capítulo II, seção I, inciso XX estabeleceu que o então Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e as Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e Marabá passassem a ser uma mesma instituição, o IFPA. A partir desta lei, as instituições e unidades vinculadas ao IFPA passaram para a condição de Campus, desta forma nossa unidade em Belém passou para o status de Campus do IFPA.

O IFPA Campus Belém possui 113 anos de história, passando por várias reformas ocorridas na Educação profissional do Brasil, tendo sido: Escola de Aprendizizes Artífices do Pará-EAA/PA (1909), Liceu Industrial do Pará- LI/Pará (1937), Escola Industrial de Belém (1942), Escola Federal Industrial do Pará (1966), Escola Técnica Federal do Pará-ETFPA (1968), Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará-CEFET/PA (1999) e desde 2008 foi incorporado como Campus integrante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA.

O presente documento trata do ***Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde - Subsequente*** ao ensino médio, inserido no Eixo Ambiente e Saúde, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020. O Eixo Ambiente e Saúde, contempla tecnologias consagradas à melhoria da qualidade de vida e ao bem-estar físico, mental e social, à proteção e preservação dos seres vivos e recursos naturais, e ao desenvolvimento e inovação de aparatos tecnológicos de atenção e mitigação de riscos à saúde e ao ambiente, com base em: políticas públicas em saúde, biossegurança, leitura e produção de textos técnicos; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal e trabalho em equipe; legislação e normas técnicas; saúde e segurança do trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

O Técnico em Agente Comunitário de Saúde será habilitado para desenvolver atividades de educação e promoção da saúde, atuando nos múltiplos determinantes e condicionantes do processo saúde e doença, orientando e acompanhando, sob a supervisão de profissional de nível superior, indivíduos, suas famílias e a população em seu território, levando em conta a interação com o processo saúde-doença no território.

Este PPC foi elaborado e revisado coletivamente pelos docentes do Núcleo Docente Estruturante do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde do Campus Belém e pela equipe pedagógica do IFPA, em consonância à organização didática e com base na Resolução nº. 912/2022 – CONSUP/ IFPA.

2 JUSTIFICATIVA

O Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde Subsequente, está fundamentado nas bases legais, nos princípios norteadores e nos níveis de ensino explicitados na LDB nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Profissional Técnica de nível médio e a Normativa Técnica da Resolução nº 912/2022 do CONSUP/IFPA, na Resolução Nº 945/2023 CONSUP/IFPA, e no catálogo nacional de cursos técnicos e demais resoluções e decretos que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Sistema Educacional Brasileiro. Está voltado para o arranjo produtivo local e trabalha com o aspecto da inovação.

O Agente Comunitário de Saúde é um profissional, cujo exercício das atividades se dá, exclusivamente, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), é regulamentada pela Lei Nº14.536, de 20 de Janeiro de 2023, que atualizou o texto da Lei nº 11.350 de 05/10/2006 em seu Art. 2º-A:

Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias são considerados profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para fins do disposto na alínea “c” do inciso XVI do *caput* do art. 37 da Constituição Federal. (BRASIL, 2023)

As atribuições desse profissional foram reformuladas e estão regulamentadas pela Lei 13.595/2018, exercendo atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas

em conformidade com as diretrizes do SUS, que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida, às ações e aos serviços de informação de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

A relevância do curso, no contexto de mudanças das práticas de saúde, é a atuação desse profissional no campo de interface intersetorial da assistência social, educação e meio ambiente. O papel social desempenhado junto à população, constitui a necessidade de sua formação em nível técnico e reafirma a intenção governamental de associar educação profissional à elevação de escolaridade, quando na lei de suas atribuições, mais precisamente no Art. 4º da Lei 13.595/2018, determina-se que o mesmo realize atividades de características mais complexas, como a aferição da pressão arterial, a medição de glicemia capilar, aferição de temperatura axilar, entre outras.

Considerando, ainda, o atual modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS), aprovado em 31 de outubro de 2019, pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), instância que reúne representantes do Governo Federal, Secretarias de Saúde Estaduais (Conass) e Municipais (Conasems), instituído pela Portaria Nº 2.979/ 2019, alterando a Portaria de Consolidação Nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define como critérios o cadastramento populacional pelas equipes de Saúde da Família (eSF) de pessoas que atendem aos critérios de vulnerabilidade socioeconômica e perfil demográfico e, o resultado da produção através do desempenho sobre os indicadores alcançados pelas equipes credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), cujo o ACS é um dos profissionais que integram as eSF, é de extrema importância que as instituições de ensino forme esses profissionais para dar o suporte necessário às novas demandas assistenciais do SUS.

Nesse contexto, o IFPA, reconhecendo as mudanças político-administrativas na atenção primária e no exercício da profissão, assume o compromisso e a responsabilidade na oferta do curso técnico, formando profissionais com qualidade para atuar na melhoria das condições de saúde da população.

E ainda, consciente de que a produção e a difusão dos conhecimentos constituem o modo mais eficaz para condução de mudanças em todos os aspectos

da vida, direcionando esforços no sentido de atender as necessidades de um mundo produtivo em constante transformação, e ao mesmo tempo, comprometido com as necessidades e exigências políticas, socioeconômicas e culturais de transformação, num projeto de integração permanente com o sistema de desenvolvimento local e regional, o NDE se sensibiliza no aditamento do PPC do curso para construir uma matriz curricular que atenda às exigências do serviço público de saúde, subtraindo disciplinas que não dialogam mais com as atribuições e prática desse profissional e fazendo a inserção de outras, assim como, reduzindo o tempo de conclusão, organizando-a em três semestres. .

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Proporcionar formação técnica de nível médio em Agente Comunitário de Saúde na modalidade subsequente, por meio do desenvolvimento de competências que atendam as exigências relevantes do mundo do trabalho, considerando a evolução tecnológica e as necessidades advindas do contexto político-social, para atuar na prevenção de doenças e de promoção da saúde mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS.

3.2 Específicos

- Orientar e acompanhar, sob a supervisão de profissional de nível superior, indivíduos, suas famílias e a população em seu território, levando em conta a interação com o processo saúde-doença no território.
- Identificar e atuar nos múltiplos determinantes e condicionantes do processo saúde e doença, para a promoção da saúde e redução de riscos à saúde individual e da coletividade.

- Realizar o mapeamento e o cadastramento de dados sociais, demográficos e de saúde, para contribuir com a produção de informações e a construção de revisão contínua do plano de ação em saúde para os territórios.
- Desenvolver suas atividades norteadas pelas diretrizes, pelos princípios e estrutura organizacional do SUS, bem como a partir dos referenciais éticos e políticos da Educação Popular em Saúde.
- Promover a comunicação entre equipe multidisciplinar (Equipe de Saúde da Família), unidade de saúde, autoridades e comunidade.
- Promover a mobilização comunitária, ações educativas e incentivar as atividades comunitárias, promovendo a integração entre a equipe de saúde e a comunidade.
- Promover ações nas áreas de vigilância em saúde e ambiental.
- Acompanhar e orientar, por meio de visita domiciliar estabelecidas no planejamento das equipes, as pessoas em situação de vulnerabilidade social e portadoras de doenças crônicas e agravos que necessitam de maior número de visitas, estimulando o autocuidado e a prevenção da exposição a fatores de riscos, realizando procedimentos específicos nos casos indicados pela equipe ou encaminhando quando necessário para a unidade de saúde de referência.

4 REGIME LETIVO

4.1 Descrição do Curso

O Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde subsequente será organizado de forma semestral, na modalidade presencial, e está estruturado em três núcleos: básico, tecnológico e politécnico, cujos componentes são organizados de acordo com a legislação da educação profissional e Leis de Diretrizes e Bases da Educação, com carga horária definida no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos para ser desenvolvido em regime semestral.

O Curso será ofertado no IFPa/Campus Belém e é composto por 3 semestres, com carga horária relógio de 1.287 horas e carga horária total de 1.540 horas.

O curso terá funcionamento nos vespertino e noturno e o número de vagas ofertadas por turma será de 30 alunos por semestre, intercalando o período vespertino e noturno, totalizando 60 vagas anuais.

O tempo mínimo para integralização do curso será de 3 (três) semestres letivos, a contar da data da matrícula, e tempo máximo de 5 (cinco) semestres letivos.

5 REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

As formas de acesso atendem ao Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA, respeitando-se a Lei nº 12.711/2012 e suas atualizações, bem como demais legislações pertinentes à Política de Ações Afirmativas do IFPA.

Para o ingresso ao curso subsequente, que é a forma de oferta do curso em questão, é necessário que o candidato tenha cursado todo o Ensino Médio (do 1º ao 3º ano) em escola pública/particular, ou na Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou curso Técnico de Nível Médio ou equivalente (Ensino de 2º Grau). Em ambos os casos, será preciso comprovar por meio de Histórico Escolar.

Quanto ao cotista, o candidato deve, obrigatoriamente, atender os requisitos previstos nas ações de políticas afirmativas no IFPA-Campus Belém.

6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O perfil do egresso do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde envolve a articulação de competências, onde cada uma expressa uma dimensão da realidade de trabalho deste profissional, por meio de uma formulação abrangente e generalizável, de acordo com a perspectiva de construção da organização do processo de formação e de trabalho. Assim como, numa perspectiva da promoção da saúde e a prevenção de agravos como eixos estruturantes e integradores do processo formativo, buscando garantir a integralidade de suas ações, segundo os contextos onde se desenvolvem as práticas.

O Perfil de Competências e habilidades dos Profissionais do Técnico em Agente Comunitário de Saúde estão descritas no Catálogo Nacional dos Cursos

Técnicos-CNCT/MEC, que compreendem:

- Conhecimentos das políticas públicas de saúde e compreensão de sua atuação profissional frente às diretrizes, princípios e estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Conhecimentos referentes ao âmbito da promoção da saúde, prevenção de agravos frequentes na atenção primária, dirigidas a indivíduos, famílias, comunidades e população.
- Conhecimentos referentes à educação popular em saúde, à promoção da saúde dos indivíduos nos diferentes ciclos de vida, suas famílias e sua comunidade e dos atributos derivados da atenção primária da saúde.
- Conhecimentos relativos ao âmbito da promoção, da prevenção e do monitoramento das situações de risco no âmbito da Vigilância em Saúde.
- Conhecimentos referentes ao trabalho em equipe e interdisciplinar, a comunicação em saúde, ao registro e informação em saúde.
- Conhecimentos e saberes relacionados aos princípios das técnicas aplicadas na área, sempre pautados numa postura humana e ética.
- Atualização e aperfeiçoamento profissional por meio da Educação Continuada.
- Conhecimentos e saberes relacionados à Política de Inclusão e ao Atendimento Educacional Especializado.

7 ESTRUTURA CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde é concebida a partir do Perfil de Formação do Egresso, articulando teoria e prática, formação acadêmica e o mundo do trabalho, propiciando a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

Sendo assim, o currículo do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde

está estruturado em 03 (três) Núcleos de Formação: Núcleo Básico Complementar, Núcleo Tecnológico e Núcleo Politécnico, de acordo com a Resolução nº 912/2022 – CONSUP.

O **Núcleo Básico Complementar** é o espaço na organização curricular ao qual destinam-se às disciplinas obrigatórias que tratam dos conhecimentos e habilidades relacionadas a educação básica (nível médio), das áreas do conhecimento (linguagens e seus códigos; ciências humanas; matemática e ciências da natureza), todas ligadas a formação geral, com a nomenclatura da disciplina respeitando a área de conhecimento.

O **Núcleo Tecnológico** é o espaço na organização curricular em que se destinam os componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades próprias da formação técnica e que possuem maior ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso, em relação ao perfil do egresso.

O **Núcleo Politécnico** é o espaço na organização curricular ao qual se destinam componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica e formação técnica. É o núcleo onde ocorre a integração curricular dos núcleos básico e tecnológico, estabelecendo o elo entre eles, com maior ênfase tecnológica, criando possibilidades durante o itinerário formativo do aluno.

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (4ª Edição), o Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde compreendem tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Tais tecnologias vinculam-se ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde — doença de indivíduos, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais (BRASIL, 2020).

Na orientação curricular dos cursos, o núcleo politécnico, um elemento novo e agregador, veio para contribuir com a construção de modelos pedagógicos integradores de conteúdos e facilitadores da transferência de aprendizagem na formação do aluno. Segundo Oliveira (2011), enquanto o núcleo tecnológico

direciona à criação do projeto pedagógico, o núcleo politécnico orienta quanto à prática pedagógica, que norteia os conteúdos e sua integração na busca da formação integral do futuro profissional.

Os componentes curriculares que compõem a matriz atualizada do curso estão descritos nos quadros 1, 2, e 3. No quadro 4 está apresentado o resumo da matriz curricular.

Quadro 1: Disciplinas do Primeiro Semestre.

1º SEMESTRE Eixo Temático: Políticas Públicas de saúde e a territorialização. Objetivos: Construir o perfil social do técnico em agente comunitário de saúde e seu papel no âmbito da equipe multiprofissional da rede básica do SUS.					
NÚCLEOS	COMPONENTES CURRICULARES	CH EAD	CHR	CHA	N/C
Núcleo Básico Complementar	Ética e Cidadania		50	60	N
	Sociologia e Saúde		50	60	N
	Linguagem e Comunicação		50	60	N
	Informática Básica		67	80	N
Núcleo Tecnológico	Políticas Públicas em Saúde		67	80	N
	Noções de Microbiologia e Parasitologia		67	80	N
	Geoprocessamento e Territorialização		67	80	N
Produto	Apresentar habilidades para realização de pesquisas em páginas de internet, análise de dados, técnicas para elaboração dos trabalhos acadêmicos e aperfeiçoamento na linguagem e comunicação no âmbito de temas da saúde.				
Carga Horária Total do Semestre			418	500	

Quadro 2: Disciplinas do Segundo Semestre.

2º SEMESTRE					
Eixo Temático: Processo saúde-doença e comunidade.					
Objetivos: Promover a saúde e prevenção de doenças, dirigidas a indivíduos, grupos específicos, comunidade e doenças prevalentes.					
NÚCLEOS	COMPONENTES CURRICULARES	CH EAD	CHR	CHA	N/C
Núcleo Tecnológico	Epidemiologia		67	80	N
	Noções de Anatomia e Fisiologia		50	60	N
	Doenças Emergentes e Reemergentes		67	80	N
	Noções de Primeiros Socorros		50	60	N
	Educação e Promoção em Saúde		67	80	N
	Saúde da Mulher		50	60	N
Núcleo Politécnico	Projeto integrador 1		50	60	N
Produto	Elaboração e desenvolver o projeto integrador apartir das ferramentas pedagógicas aplicadas.				
Carga Horária Total do Semestre	401 480				

Quadro 3: Disciplinas do Terceiro Semestre.

3º SEMESTRE					
Eixo Temático: Vivência em saúde e a política de inclusão.					
Objetivos: Promover a infoinclusão social do ACS na prevenção, monitoramento das situações de risco no processo saúde doença.					
NÚCLEOS	COMPONENTES CURRICULARES	CH EAD	CHR	CHA	N/C
Núcleo Tecnológico	Noções de Vigilância em Saúde		67	80	N
	Saúde da Família		67	80	N
	Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis- DANT		67	80	N
	Saúde e Inclusão		50	60	N
	Saúde Digital e o Sistema de Informação em Saúde (SIS)		67	80	N
	Saúde do Homem e Idoso		50	60	N
	Saúde da Criança e do Adolescente		50	60	N
Núcleo Politécnico	Projeto Integrador 2		50	60	N
Produto	Aplicação do projeto integrador como pesquisa de conclusão de curso apartir das ferramentas pedagógicas aplicadas.				
Carga Horária Total do Semestre			468	560	
Carga Horária Total do Curso			1.287	1.540	

Quadro 4: Quadro Resumo da Matriz Curricular.

CLASSIFICAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES	CH/R Total
Disciplinas Obrigatórias	1.287
Disciplinas Optativas	0
Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório	0
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	1.287

Dadas as alterações no PPC do curso, as equivalências entre os componentes do PPC de 2017 e 2023 estão descritas no **APÊNDICE A**.

8 EMENTAS

O ementário do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde está dividido em três semestres letivos com os Núcleo Básico Complementar, Tecnológico e Politécnico (**APÊNDICE B**).

9 PRÁTICA PROFISSIONAL

De acordo com o Regulamento Didático Pedagógico da Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Resolução nº 945/2023 CONSUP/IFPA, no seu Art.76 diz que:

A prática profissional caracteriza-se como atividade didático-pedagógica de caráter interdisciplinar e contínuo, em todo o itinerário formativo, sob diversas formas nos cursos de formação inicial e continuada e técnicos de nível médio e tem por objetivo: articular a prática com os fundamentos científicos e tecnológicos de forma interdisciplinar para o desenvolvimento de competências previstas no perfil profissional do curso; vivenciar experiências de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação na instituição de ensino; promover ações de interação com o mundo do trabalho e favorecer a articulação de forma interdisciplinar entre os conteúdos da formação técnica e da formação geral, quando couber (IFPA, 2023).

A prática profissional prevista nos cursos pode ser nas seguintes formas: Prática profissional integrada à carga horária das disciplinas, prática profissional prevista na forma de componente curricular e projeto integrador. No Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, o componente “Prática Profissional” será desenvolvido **integrado à carga horária das disciplinas de caráter obrigatório** (quadro 5) com carga horária de 120 horas, de caráter obrigatório e será desenvolvido também por meio do Projeto Integrador com carga horária de 100 horas.

Na forma integrada à carga horária das disciplinas, poderá ocorrer por meio de visitas técnicas integradas; práticas de laboratório; oficinas; projeto de ensino. A carga horária da prática profissional integrada à carga horária das disciplinas corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) da referida carga horária. Na forma de projeto integrador, sendo componente curricular obrigatório nos cursos técnicos de nível médio, deverá compreender as seguintes etapas: planejamento; investigação e resolução de uma situação problema

Quadro 5: Componentes Curriculares com prática profissional.

COMPONENTE CURRICULAR	CHT	CHP	TOTAL
Geoprocessamento e Territorialização	47	20	67
Noções de Primeiros Socorros	40	10	50
Educação e Promoção em Saúde	47	20	67
Saúde da Mulher	40	10	50
Saúde da Família	47	20	67
Saúde Digital e o Sistema de Informação em Saúde (SIS)	47	20	67
Saúde do Homem e Idoso	40	10	50
Saúde da Criança e do Adolescente	40	10	50

Como previsto na Instrução Normativa nº 003/2018 PROEN/IFPA, que instrui normas para a organização e realização das práticas profissionais na integralização

curricular das atividades acadêmicas específicas dos cursos técnicos de nível médio e de Formação iniciada e continuada do IFPA, no seu Art. 44 que diz que a oferta do Projeto Integrador e/ou de Pesquisa e/ou de Extensão deverá ser anual, sendo definidas as seguintes informações: forma de oferta e escolha dos professores orientadores. Após a definição dessas informações, os professores orientadores formalizarão os projetos de acordo com o modelo dos Anexos III, IV e V da referida instrução normativa.

10 PROJETO INTEGRADOR

O Projeto Integrador (PI) é um componente curricular obrigatório do Núcleo Politécnico que consiste numa atividade acadêmica específica de orientação coletiva e estratégica para o desenvolvimento de práticas integradoras que possibilitem a articulação entre as disciplinas de formação geral e formação técnica e as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nessa linha, o Projeto Integrador no curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde tem como objetivo oportunizar a integração curricular das áreas de conhecimento que fundamentam o eixo tecnológico do curso de maneira contextualizada e participativa a partir dos conteúdos técnicos abordados nos componentes curriculares. Dessa forma, será desenvolvido desde o segundo semestre do curso. Ao final do terceiro semestre haverá a socialização dos trabalhos de forma que oportunizem o compartilhamento dos resultados e popularização da ciência.

Para desenvolver o componente poderão ser utilizadas diferentes estratégias didático-pedagógicas:

- Aprendizagem baseada em situações-problema;
- Seminários em sala de aula;
- Atividades orientadas em grupo;
- Tecnologias interativas de ensino;
- Atividades individuais;
- (Workshops);

O PI consiste num exercício de conciliação da teoria com a prática para a realização de pesquisas aplicadas, de maneira que oportunize ao (as) estudante (s) à investigação de temáticas relacionadas aos eixos de formação do curso e a criação de técnicas e tecnologias para o desenvolvimento da comunidade local e ou regional, como previsto no Art. 4º, Inciso III da Lei nº 11.892/2008 e Regulamento Didático Pedagógico de Ensino do IFPA.

O PI compreende no planejamento, investigação, resolução de uma situação-problema para contextualização dos conhecimentos teórico-práticos.

11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio é a efetivação do aprendizado do aluno com a atuação deste em situação real de trabalho, vindo a vivenciar e se familiarizar no próprio ambiente de trabalho com a rotina profissional da sua área de formação, melhorando assim seu relacionamento humano e contribuindo com sua formação profissional. É um exercício de experiências de caráter teórico-prático, onde o estagiário encontra oportunidade de conceber, criar, realizar, em situação real, em determinadas condições espaços-temporais, ações específicas à área profissional pela qual optou, com acompanhamento sistemático do professor.

O Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde na forma de oferta subsequente ao Ensino Médio apresenta o **Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório**, a ser realizado de forma presencial, podendo ser desenvolvido no ambiente institucional ou em parceria com o mundo do trabalho, a partir do primeiro semestre do curso, devendo obedecer rigorosamente os dispositivos da Lei de Estágio, de nº 11.788/2008; a Resolução Nº 398/2017 – CONSUP, que estabelece a Política Institucional que regulamenta as atividades e os procedimentos gerais do estágio no IFPA, bem como a Resolução nº 945/2023 que aprova o Regulamento Didático-Pedagógico da Educação Básica e Profissional do IFPA, nos artigos 70 a 75.

O Estágio curricular Supervisionado Não Obrigatório tem o objetivo de proporcionar ao aluno a vivência real do mundo do trabalho, podendo ser realizado

no contexto unidades da estratégia saúde da família (ESF), no setor público, Secretaria Municipal de Saúde, não sendo componente curricular do **Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde**.

O aluno trabalhador, quando inserido em atividades produtivas em cujas equivalências de competências são relacionadas às competências de formação do curso, poderá ter efetiva vivência profissional reconhecida para fins de cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório, pela coordenação do Curso, podendo ser solicitada pelo aluno no final da integralização de todos os Componentes Curriculares.

O Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório, não terá previsão de carga horária adicionada ao curso. A opção em realizar o estágio não isenta o aluno da obrigatoriedade de cumprir com a carga horária mínima estabelecida neste PPC para as demais Atividades Acadêmicas Específicas (Prática Profissional e Projeto Integrador).

12 ATIVIDADES DE TUTORIA

A proposta do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde não prevê desenvolvimento de atividades/aulas de tutorias não presenciais.

13 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-TICS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação, conhecidas como TICS, estão cada vez mais inseridas no cotidiano social, as constantes mudanças provocadas pelos avanços científicos e tecnológicos também têm contribuído para transformações sociais e econômicas. Novas formas de se estabelecer a comunicação, construir conhecimento e, sobretudo, socializá-las têm sido experimentadas a partir do uso dessas tecnologias. As TICS têm impulsionado diferentes modos de comunicação, de relacionamento entre pessoas, de

manipulação dos objetos e de transformação do mundo onde vivemos, em que há a expansão de fronteiras, o rompimento de distâncias virtuais, e tem promovido a conexão entre diferentes contextos sociais.

Diante disso, as instituições de ensino têm feito o exercício de acompanhar este processo, a socialização do conhecimento historicamente sistematizado por meio da educação formal encontra, no uso das TICs, estratégias e ferramentas de grande valia e que tem sido fundamental na promoção de uma educação inclusiva. As TICs são o conjunto de recursos tecnológicos que, integrados em torno de um objetivo comum, contribuem e mediam os processos de comunicação, informação e as relações sociais. Podem ser utilizadas de várias formas: em processos industriais, automação, no comércio, na publicidade, no processo de ensino aprendizagem etc. Em se tratando da área da educação, há uma forma de oferta específica definida na LDB 9.394/96 que se constituiu para o uso das TICs: à Educação à Distância.

O resumo das aulas práticas em laboratório pode ser atualizado com vídeos tutoriais, para que o fluxograma de etapas de um determinado procedimento seja executado com segurança. Esse recurso é interessante pois são diferentes os níveis de abstração e entendimento de procedimentos em softwares.

14 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Os procedimentos metodológicos são elaborados pelo NDE do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde dentro do eixo de infraestrutura e discutidos e deliberados pelo Colegiado do Curso, optando por uma estrutura por núcleo (Básico Complementar, Tecnológico e Politécnico), articulando os componentes curriculares por meio do Projeto Integrador 1 e 2.

O processo de organização do planejamento das atividades curriculares ocorre, de forma coletiva, antes do início de cada período letivo. Os docentes usam orientações metodológicas diversificadas e inovadoras que são adotadas no processo educativo e usam diversas formas de intervenção em sala de aula, como: atividades individuais e em grupo, pesquisa bibliográfica, demonstração prática, seminários, estudos dirigidos de textos, provas escritas e/ou orais: individual ou em

equipe, vídeos, debates em sala de aula sobre o conteúdo ministrado. Também usa mecanismos de ação, tais como: pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos, produção científica, artística ou cultural e realização de eventos. A inserção do discente no contexto do curso, passa ainda pelo direcionamento e uso das TICs, que são a força motriz e tornam um diferencial do egresso no mercado de trabalho, e principalmente, devido a atualização e renovação muito rápida das tecnologias. O curso faz uso e direciona o discente ao uso das TICs, manipulação de produtos gerados, a fim de devolver à sociedade, soluções rápidas e mitigadoras dos principais entraves socioeconômicos locais e regionais.

15 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A Avaliação da Aprendizagem dos estudantes do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, na forma de oferta subsequente do IFPA Campus Belém, bem como as práticas avaliativas e procedimentos adotados pelos docentes, terão como objetivo principal, o alcance do perfil profissional do curso e o aspecto formativo do aluno, considerando seu desenvolvimento e trajetória no processo de ensino e aprendizagem durante o período letivo.

A avaliação da aprendizagem é uma das ferramentas que os docentes têm para a verificação da eficácia do processo educativo. Deve servir para que o docente faça um diagnóstico sobre os pontos fortes e frágeis, no que tange a aprendizagem do educando, e a partir disso, possa criar estratégias para que o aluno tenha condições de superar suas dificuldades e prosseguir seus estudos. Isto não quer dizer que o aluno não possa ficar reprovado/retido. Significa dizer que é necessário construir práticas pedagógicas que diminuam esta incidência.

Nesse sentido, em sua sistemática, a avaliação da aprendizagem deve ser compreendida como processual, diagnóstica, formativa, somativa, dinâmica e, sobretudo, dialógica, sendo sua verificação contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como de resultados ao longo do processo sobre eventuais provas finais, conforme estabelece a LDB nº

9.394/1996.

O Regulamento Didático Pedagógico da Educação Básica e Profissional do IFPA, Resolução nº 945/2023 – CONSUP, em seu Capítulo V, trata “**Da Avaliação da Aprendizagem**”. O capítulo, de maneira geral, estabelece os procedimentos da avaliação, instrumentos de avaliação, fluxos, periodicidade, parâmetros para práticas avaliativas, critérios de avaliação e de progressão parcial, estudos de recuperação paralela, dentre outras diretrizes pertinentes à verificação e acompanhamento da aprendizagem do educando.

Nesse contexto, a verificação do rendimento dos estudantes será realizada a cada bimestre, de forma variada, por meio de instrumentos diversificados e inclusivos, observando a peculiaridade de cada componente curricular, bem como a singularidade de cada educando, como forma de envolver a todos nesse processo, ou seja, é preciso adotar formas de avaliação em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do estudante com deficiência, conforme preconiza a Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão. Além disso, é fundamental que o docente deixe claro aos estudantes, por meio do Plano de Disciplina, no início do período letivo, os critérios para a avaliação do rendimento escolar.

O desempenho do discente em cada componente curricular deverá ser registrado por meio de Notas, dentro de uma escala numérica de 0 (zero) a 10 (dez), realizados em 02 (dois) momentos de culminância para os cursos em regime semestral, ou seja, 1ª (primeira) e 2ª (segunda) bimestrais, seguida da avaliação final, quando necessário.

De acordo com o Regulamento Didático Pedagógico da Educação Básica e Profissional do IFPA, Resolução nº 945/2023 – CONSUP, a aprovação em cada componente curricular de curso em regime semestral, avaliado por nota, será mensurada da seguinte maneira:

$$\mathbf{MF = 1^a\ BI + 2^a\ BI \geq 7,0}$$

2

MF = Média Final.

BI = Avaliação Bimestral.

O aluno será aprovado na disciplina, por média, se obtiver Nota maior ou igual a 7,0 (sete). Caso a média final seja menor que 7,0 (sete), o aluno deverá realizar a prova Final. O aluno será aprovado no componente curricular após a aplicação da prova final se obtiver média final maior ou igual a 7,0 (sete), mensurados da seguinte forma:

$$\mathbf{MF = \frac{MB + PF}{2} \geq 7,0}$$

2

MF = Média Final

MB = Média Bimestral

PF = Prova Final

A frequência ao curso é obrigatória, na forma da Lei, e o discente deve cumprir um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência do total de horas de cada período letivo. Os discentes devem cumprir 100% dos componentes curriculares para a integralização do curso

Durante todo o itinerário formativo, os docentes deverão prever estudos de recuperação paralela da aprendizagem dos estudantes, visando garantir a superação de dificuldades e/ou defasagens específicas. A recuperação paralela tem como objetivo atender alunos com dificuldades de compreensão, de aprendizagem e/ou com baixo rendimento escolar. Deve ser compreendida como um ato contínuo realizado pelo professor durante o desenvolvimento dos conteúdos de sua disciplina. **Os estudos de recuperação paralela** devem ser realizados de modo contínuo e paralelo, ao longo do processo pedagógico, devendo acontecer durante o período destinado ao atendimento intraescolar.

A aprovação do discente e sua consequente progressão no curso devem estar atreladas à sua aprendizagem efetiva e devem ser resultado de um trabalho pedagógico sistematizado e integrado, articulando teoria e prática no cotidiano educativo. Sendo assim, é preciso pensar e adotar práticas avaliativas que

possibilitem essa integração, por meio de instrumentos e técnicas que possibilitem a articulação dos conhecimentos da formação técnica e da formação geral, contribuindo para a formação integral do aluno e para a qualidade de sua formação profissional.

Para mais detalhamento dos critérios e procedimentos da avaliação do processo de ensino e aprendizagem, como diretriz geral a ser cumprida, deve-se consultar o Regulamento Didático Pedagógico da Educação Básica e Profissional do IFPA, Resolução nº 945/2023 – CONSUP.

16 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

No âmbito deste projeto pedagógico de curso, compreende-se o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores como a possibilidade de o estudante solicitar aproveitamento de estudos para fins de integralização de componente curricular a partir de disciplinas já cursadas em outro curso desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, bem como para o reconhecimento e a certificação de saberes e competências para fins do exercício profissional, como para prosseguimento ou conclusão dos estudos.

O Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde seguirá o estabelecido no Capítulo VII do Regulamento Didático Pedagógico da Educação Básica e Profissional do IFPA (Resolução nº 945/2023-CONSUP) que trata especificamente do aproveitamento de componentes curriculares já cursados (Seção I), do extraordinário aproveitamento de estudos (Seção II), do aproveitamento extraordinário de estudos (Seção III), da equivalência de disciplinas (Seção IV) e da certificação profissional (Seção V).

16.1 Aproveitamento de componentes curriculares já cursados

De acordo com o art. 324, da resolução, a solicitação de aproveitamento de componentes curriculares cursados anteriormente, deverá ser realizada por meio de processo administrativo à Diretoria de ensino do IFPA, campus Belém, conforme período previsto no Calendário Acadêmico da Educação Básica e Profissional do Campus Belém. O aproveitamento de estudos será concedido quando, cumulativamente:

- I) A carga horária do componente curricular cursado for igual ou maior que a carga horária do componente integrante da matriz curricular do curso no IFPA, salvo o disposto no art. 327;
 - II) O estudante tenha cursado o componente curricular com aprovação em outro curso de mesmo nível de ensino ou de nível superior ao do curso no IFPA;
 - III) O perfil formativo do componente curricular do curso no IFPA estiver expresso no ementário do componente já cursado na outra instituição;
 - IV) O estudante tiver cursado o componente curricular num prazo máximo de 10 (dez) anos, decorridos entre o final do período letivo em que o componente curricular foi cursado e a data do protocolo do requerimento de aproveitamento de componentes curriculares no IFPA
- Parágrafo único. Quando se tratar de aproveitamento para componentes curriculares que possuam pré-requisitos, este somente será concedido caso o pré-requisito já tenha sido cursado com aprovação.

No que diz respeito ao **Extraordinário Aproveitamento de Estudos**, aplica-se somente para cursos técnicos na forma de **oferta subsequente**. Neste caso, o aluno poderá solicitar via processo administrativo encaminhado à direção de ensino do campus Belém, a certificação de conhecimentos para fins de cumprimento de **componente curricular isolado**.

O discente será submetido a processo de avaliação teórico-prática, conforme as características do componente curricular, realizada por meio de uma banca avaliadora que definirá a metodologia e os instrumentos avaliativos com base nos conhecimentos previstos no ementário e no plano de disciplina do componente curricular pleiteado. A banca emitirá parecer avaliativo, que deverá ser homologado pela Direção de Ensino do Campus Belém (Art.330 a art. 338 da Seção II, Res.945/2023-CONSUP).

16.2 Aproveitamento extraordinário de estudos

O discente também poderá fazer jus ao aproveitamento extraordinário de estudos para fins de cumprimento de **componente curricular obrigatório** do curso ao qual estão vinculados, conforme característica de cada componente curricular. Neste caso, o discente deverá participar de Edital específico para esta finalidade, podendo realizar inscrição simultânea em até 4(quatro) componentes curriculares.

A avaliação do conhecimento ocorrerá por meio de banca avaliativa designada para este fim que avaliará conhecimento adquirido tanto em ambiente escolar quanto em ambiente não escolar. (art. 339 da Seção III, Res. 945/2023-CONSUP).

16.3 Equivalência de disciplinas

O aproveitamento de estudos também poderá ocorrer por meio da equivalência de disciplinas, tendo em vista que um componente curricular poderá ser cumprido por meio de outro, do mesmo curso ou de cursos distintos, a partir da análise de uma relação de equivalência entre eles. (art. 340 a art. 343 da Seção IV, Res. 945/2023-CONSUP).

16.4 Certificação profissional

Trata-se da avaliação, reconhecimento e certificação de saberes que desenvolvem competências para fins do exercício profissional, bem como para prosseguimento ou conclusão dos estudos, sendo regulamentado por normatização específica.

Ressaltamos que estas orientações se tratam apenas de uma síntese a respeito dos critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores retiradas do Regulamento didático-pedagógico vigente, devendo, portanto, o referido documento ser consultado. (art.344 e art.345, Seção V, da Res. 945/2023-CONSUP), para substanciar as ações acadêmicas e pedagógicas coerentes com este projeto pedagógico de curso.

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O processo de avaliação dos cursos técnicos do IFPA está amparado na Resolução 945/2023 CONSUP, que aprova o Regulamento Didático Pedagógico da Educação Básica e Profissional. De acordo com a normativa, a regulação, a avaliação e a supervisão de cursos têm como finalidade garantir a qualidade da educação ofertada, subsidiando a expansão da oferta educacional no IFPA. As avaliações visam à análise das políticas de atendimento ao estudante, condições de infraestrutura e das práticas pedagógicas no âmbito dos cursos, constituindo-se como referencial básico da regulação e supervisão.

De acordo com o Art. 33, parágrafo 1º, do mesmo regulamento, as ações de regulação, avaliação e supervisão dos cursos serão desenvolvidas por meio da Diretoria de Políticas Educacionais, do Departamento de Educação Básica e Profissional, do Departamento de Registros Acadêmicos e Departamento de Indicadores Educacionais em articulação com os diretores-gerais e de ensino, as coordenações dos cursos, os núcleos docentes estruturantes (NDE), as comissões locais ou multicampi, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e os colegiados de cursos.

Neste sentido, observa-se a relação com a Resolução 534/2021 CONSUP, que estabelece o regulamento da gestão dos cursos de educação básica e profissional e de ensino superior de graduação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. A avaliação dos cursos é parte importante do processo de gestão deles, podendo ser interna ou externa. No caso, da avaliação interna do curso, ou autoavaliação, esta deverá ocorrer ao final de cada período letivo, conduzida pela coordenação do curso.

A normativa (citada acima) aponta que a condução/gestão deve ser compartilhada entre a Coordenação, Colegiado e NDE dos cursos. Sendo orientada pela construção de um Plano de Ação Compartilhado que, por sua vez, deve ser construído de forma coletiva, democrática e com base nos dados coletados nas avaliações dos cursos, atualizado a cada 02 (dois) anos. Os resultados das

avaliações de curso deverão gerar indicadores públicos, a serem debatidos com a comunidade acadêmica e com a gestão do campus, subsidiando a revisão do plano de ação compartilhado, com vista ao permanente processo de melhoria do curso.

A promoção da autoavaliação do curso junto aos estudantes ao final de cada período, é de responsabilidade da Coordenação do Curso, com a participação do Colegiado, de forma a elaborar em conjunto o plano de ação compartilhado do curso a partir das contribuições de toda a comunidade acadêmica. Ressalta-se que, no âmbito do Campus Belém, já existe uma ferramenta de avaliação de cursos, em consonância com a Resolução 534/2021 CONSUP, construída pelo Departamento Pedagógico e de Políticas Educacionais, com as contribuições das Coordenações de Curso.

Os apêndices D e E apresentam questionários de avaliação discente e docente, respectivamente. As dimensões constantes nessas propostas dos questionários de avaliação, atendem categorias avaliativas imprescindíveis para o diagnóstico do curso, sendo elas: **Avaliação da Gestão do Curso e da Infraestrutura (comum para docentes e discentes); Autoavaliação Docente; Avaliação da Organização Didático-Pedagógica e do Corpo Docente; e Autoavaliação Discente.**

18 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional consiste numa sistemática que envolve: a Comissão Própria de Avaliação (CPA), Avaliação no âmbito do Curso, composta por 02 (dois) representantes pertencentes ao corpo docente, 02 (dois) representantes técnicos administrativos, 02 (dois) representantes discentes e 02 (dois) representantes da comunidade ou representantes de classe.

A avaliação institucional da CPA é feita em qualquer setor, sendo aplicada inclusive aos projetos pedagógicos, às turmas e aos docentes, observando o contexto de desenvolvimento institucional, sendo de responsabilidade da própria CPA estabelecer os procedimentos e critérios de Avaliação e elaborar o Relatório Final de acordo com as diretrizes pertinentes e legais.

O sistema de avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPA tem como finalidade a condução dos processos de autoavaliação, no Campus Belém, em conformidade com o SINAES, conforme prevê a Lei nº 10.861/2004.

O sistema de autoavaliação, realizado pela CPA – Campus Belém, é tomado como referência, os princípios, as dimensões e indicadores do SINAES. Os princípios norteadores da avaliação consistem:

- ❖ **Globalidade**, mediante avaliação de todos os elementos que compõem o curso;
- ❖ **Respeito à identidade do curso** e suas características próprias;
- ❖ **Legitimidade**, mediante metodologia e indicadores capazes de conferir significado às informações que devem ser fidedignas;
- ❖ **Reconhecimento**, por todos os agentes, da pertinência e legitimidade do processo avaliativo;
- ❖ **Responsabilidade social**, visando à qualidade da formação mediante a promoção da eficácia do ensino, tendo como ponto de partida os resultados da avaliação;
- ❖ **Continuidade**, visto que são grandes os desafios e real a possibilidade de retrocessos;
- ❖ **Compromisso formativo**, como princípio, a avaliação como elemento central para o desenvolvimento da eficácia, eficiência e efetividade no contexto institucional.

A autoavaliação é realizada anualmente, geralmente no período de janeiro a fevereiro de cada ano, onde a comunidade acadêmica é mobilizada para participar. Os meios pelos quais se realiza a mobilização são: site da instituição, redes sociais, e-mail, telefone, documentos internos, assim como cartazes e folders.

Os resultados são base para os diálogos com a comunidade acadêmica, bem como com os gestores para fins de tomadas de decisões, visando à qualidade do ensino.

O relatório final da CPA – Campus Belém é encaminhado à Direção Geral do Campus Belém e para a CPA Institucional. No referido relatório consta uma proposta de Plano de Melhorias para sanear as deficiências encontradas, seja no ambiente

micro, no caso do curso, ou no ambiente macro, no caso do Campus, com prazos para executá-los. As ações para sanar as deficiências são monitoradas por uma comissão, onde a CPA também é membro efetivo. E assim, no próximo ciclo avaliativo a verificação do impacto das ações efetivamente realizadas.

O curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde também será avaliado e acompanhado pela **Comissão Própria de Avaliação – CPA** do IFPA, que fará análise das proposições e implementações de todas as atividades pedagógicas planejadas e desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem, possibilitando a identificação de pontos de deficiências e/ou discordância dos objetivos propostos para o curso e que interferem no processo ensino-aprendizagem.

19 DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO

19.1 Descrição do Corpo Docente

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Lidineusa Machado Araujo	Enfermeira, Mestre em Virologia	DE. 40 horas
Thaís Monteiro Goes Almeida	Enfermeira, Mestre em Enfermagem	DE. 40 horas
Andrea Fagundes Ferreira Chaves	Eng.Ambiental, Doutora	40 horas
Andrea Melo Valente	Engenheira Florestal, Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia	DE. 40 horas
Michelle da Silva Pereira	Tecnóloga em gestão de saúde pública, Mestre em saúde, sociedade e endemias na Amazônia	DE. 40 horas
M ^a . De Nazaré Rodrigues Pereira Martins	Nutricionista, Mestre	DE. 40 horas
M ^a . Helena Cunha Oliveira	Licenciada, Graduada em Farmácia Bioquímica, Especialista em Saúde Pública e Epidemiologia, Mestre em Vigilância em Saúde, Doutora em Epidemiologia	40 horas

Priscila Giselli Silva Magalhães	Graduada em Psicologia, Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento	DE. 40 horas
Maria da Luz Lima Sales	Graduada em Letras, Doutorado em Ciências da Educação	DE. 40 horas
Bárbara Duarte Casseb	Graduada em Ciências Sociais, mestrado em Antropologia Social	DE. 40 horas
Clóvis Maxwell Andrade Martins	Bacharel em Sistemas de Informação, Especialista em Computação Forense e Perícia Digital	40 horas

19.2 Descrição do Corpo Técnico-administrativo

NOME	CARGO	FORMAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Alexandre Santos da Silva	Pedagogo	Licenciatura em Pedagogia. Mestrado em Educação.	40 horas
André Felipe da Costa Cunha	Pedagogo	Licenciatura em Pedagogia. Mestrando em Comunicação, Linguagem e Cultura.	40 horas
Elaine Ribeiro Gomes	Pedagoga	Licenciatura em Pedagogia. Mestrado em Educação.	40 horas
Mariane Daltro Mariath	Pedagoga	Pedagogia (Especialização em Psicopedagogia)	40 horas
Miriam Castro Marques	Pedagoga	Licenciatura em Pedagogia. Mestrado em Educação.	40 horas
Nicelli Naiane Pelaes Frank Alves	Pedagoga	Licenciado em Pedagogia (Especialização em Educação Especial e Inclusiva)	40 horas
Daniele Rodrigues Dias	Técnica em Assuntos Educaçãois	Mestre em Gestão de recursos naturais e desenvolvimento local na Amazônia	40 horas

Suellen do Socorro Negrão Santos Reis	Técnica em Assuntos Educacionais	Licenciatura em Pedagogia. Especialização <i>Lato Sensu</i> Administração Escolar, Supervisão e Orientação e em Neuropsicopedagogia	40 horas
Rejane do Socorro da Silva Carvalho	Técnica em Assuntos Educacionais	Licenciada em Pedagogia (Mestrado em Educação)	40 horas
Édina do Socorro Gomes Rodrigues	Técnica em Assuntos Educacionais	Licenciatura em História Mestre em Educação	40 horas
Ernandes Monteiro da Silva	Assistente de Alunos	Graduado em	40 horas
Fábio Pantoja Aguiar	Assistente de Alunos	Estatística e Direito (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica)	40 horas
Sérgio Yuri Almeida da Silva	Assistente de Alunos	Licenciatura em Física	40 horas
Bruna de Almeida Cruz	Psicóloga	Psicologia (Doutorado em Psicologia, Saúde e Sociedade)	40 horas
Ana Carolina Leal Folha de Castro	Psicóloga	Psicologia (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica)	40 horas
Claudia Portela dos Santos	Assistente Social	Serviço Social (Mestrado em Ciências da Educação)	40 horas
Roseane do Socorro Brabo da Silva	Assistente Social	Serviço Social (Mestrado em Administração)	40 horas
Betania Alves Sena	Intérprete de Libras	Licenciada em Biologia Especialista em Libras Mestre em Ciência Animal com Ênfase em Ecologia Aquática	40 horas
Álvaro José de Almeida Neto	Técnico Administrativo o Revisor de Texto Braile	Licenciado em Ciências Sociais e Pedagogia Especialista <i>Lato Sensu</i> Educação Especial com ênfase em Braile e Libras	40 horas

Mauro Celso de Jesus Andrade	Estatístico	Estatística (Especialização)	40 horas
Adélia de Moraes Pinto	Bibliotecário-Documentalista	Graduação em Biblioteconomia - Mestrado Profissional em Gestão Pública	40 horas
Aurora Maria Silva de Oliveira	Assistente Administrativo	Graduação em Gestão Pública - Especialização em Gestão Pública	40 horas
Doris Campos Mendonça	Bibliotecário-Documentalista	Graduação em Biblioteconomia - Mestrado em Ciência da Informação	40 horas
Eliana Denise da Silva Jaime	Auxiliar de Biblioteca	Graduação em Biblioteconomia – Especialização em Biblioteconomia	40 horas
Lilian Cristina Santos de Oliveira	Bibliotecário-Documentalista	Graduação em Biblioteconomia – Especialização em Gestão Tecnológica da Informação	40 horas
Gilma Rosângela de Sousa Paula	Assistente Administrativo	Graduação em Gestão Pública - Especialização Em Gestão Pública	40 horas
Gisela Fernanda Monteiro Danin	Bibliotecário-Documentalista	Graduação em Biblioteconomia - Mestrado em Ciência da Informação	40 horas
Mara Georgete de Campos Raiol	Bibliotecário-Documentalista	Graduação em Biblioteconomia - Especialização em Informação Ambiental	40 horas
Maria Jose Souza dos Santos	Bibliotecário-Documentalista	Graduação em Biblioteconomia Especialização em Administração de Bibliotecas	40 Horas
Nazaré de Aquino Braga Menezes	Auxiliar de Biblioteca	Graduação em Biblioteconomia Especialização em Biblioteconomia e Biblioteca Escolar	40 horas
Sidney Cabral Monteiro	Bibliotecário-Documentalista	Graduação em Biblioteconomia Especialização em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos	40 horas

Simone Nazaré da Silva Coutinho	Bibliotecário-Documentalista	Graduação em Biblioteconomia – Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação	40 horas
Raimunda Nonata Consolação e Branco	Técnica de laboratório/informática	Técnica em informática Tecnóloga em análise e desenvolvimento de sistemas e Especialista em engenharia de software	40 horas

20 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

20.1 Salas de aula e de Pesquisa

O curso conta com duas salas de aula no Bloco O e gabinetes dos professores no Bloco M para atendimento dos alunos e reuniões do Grupo de Pesquisa intitulado Saúde, Gestão e Ambiente, liderado pelos docentes do curso.

20.2 Laboratórios de informática

Os laboratórios de Informática do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde são usado de forma compartilhada com os outros cursos da área da saúde, sendo:

1 com 21 máquinas com acesso à internet;

1 com 18 máquinas com acesso à internet.

As máquinas constituem o conjunto: computador, monitor de vídeo, teclado, mouse, mesa e cadeira. Em cada laboratório há: Quadro branco, mesa, cadeira, televisão e ponto de internet para o docente.

20.3 Material permanente e de consumo

O curso também dispõe da sala da coordenação com um computador, uma impressora, 2 mesas e 4 cadeiras, além de dois armários para guardar materiais como lápis, pincéis de quadro branco, borracha, pranchas, papel A4 e papéis

diversos, que são disponibilizados pelo campus para uso nos componentes curriculares.

20.4 Biblioteca e Acervo Bibliográfico

O IFPA dispõe de uma Biblioteca, climatizada, contendo espaços para estudo individual e em grupo. A Biblioteca opera com um sistema completamente informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal de consulta ao acervo da biblioteca. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 7 (sete) dias para o aluno e 15 (quinze) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo está dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos.

O espaço físico da biblioteca possui Área Física de 2.216,90 m², sendo 1.241,90 m² disponibilizados para usuários, com capacidade para atender até 429 (quatrocentos e vinte e nove) usuários, contando ainda com 02 (dois) salões de leitura com capacidade de 120 usuários, 07 (sete) salas para estudo em grupo, 24 (vinte e quatro) cabines individuais, 01 (um) salão interativo para reuniões, treinamento e minicursos com capacidade para 60 (sessenta) pessoas, 01 (um) laboratório de informática com acesso à internet contendo 8 (oito) computadores e videoteca – com acervo diversificado de fitas de vídeo para consulta.

De forma complementar ao acervo disponível na biblioteca, a rede de computadores do IFPA, através de convênio com a CAPES, permite que todos os computadores que acessam a internet através da rede do IFPA Campus Belém acessem o Portal de Periódicos da CAPES, contando atualmente com acesso livre a 355 (trezentos e cinquenta e cinco) bases de pesquisas, nacionais e internacionais garantindo ao corpo docente e discente a realização de pesquisa e/ou download de textos com base científica qualificada e disponibiliza por meio do Comitê de Bibliotecas do IFPA/Reitoria assinatura do Sistema de Gestão de Normas e Documentos Regulatórios (TARGET) que permite pesquisar e realizar o download das normas técnicas.

20.4.1 Acervo Bibliográfico

Figura 1: *Acervo da biblioteca* (Fonte: Biblioteca Campus Belém, 2023).

ACERVO DA BIBLIOTECA	QUANTIDADE	
	Acervo	Exemplares
Livros, Folhetos	6.678	25.542
Obras de Referência, Literárias	539	798
Coleção Amazônia	77	166
TCC, Teses	499	494
Normas Técnicas	23	23
Periódicos	598	1.739
DVDs e CDs	327	353
Total	8.741	29.415

21 ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO

De acordo com recomendações presentes no PDI (2019-2023) do IFPA, a sua estrutura, enquanto instituição integrante a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em especial, o *Campus Belém*, procura conceber em sua sistemática no cotidiano administrativo e pedagógico perspectivas voltadas para educação profissional e acadêmica, por meio de cursos técnicos nas modalidades integrada ao ensino médio e subsequente, cursos de graduação em engenharia tecnologia e licenciaturas, assim como também de pós-graduação em formato *lato sensu* e *stricto sensu*.

Com isso, a Pró-reitoria de Ensino do IFPA (PROEN), a Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação Inovação (PROPPG) e Pró-reitoria de Extensão (PROEX), constituem-se como unidades executivas que assumem a responsabilidade pela gestão das ações, respectivamente, vinculadas ao ensino, a pesquisa e a extensão, o que significa administrar, supervisionar e avaliar os processos de ensino, pesquisa e extensão, implementados na Instituição.

Cada uma dessas instâncias administrativas no âmbito do IFPA, tem por

finalidade a regulação de oferta e de funcionamento dos cursos em função do ensino e aprendizagem, o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas que resultem em soluções inovadoras às demandas sociais e às peculiaridades regionais, assim como, a partir dos objetivos institucionais, as principais políticas extensionistas, que buscam fortalecer a extensão, além de tornar evidente a toda comunidade acadêmica, a identidade, a dimensão, os conceitos e a relevância da extensão no IFPA.

Todas as ações educacionais desenvolvidas no IFPA sustentam-se em princípios advindos da Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, tais quais:

1. Verticalização do ensino e a sua integração com a pesquisa e a extensão;
2. Difusão do conhecimento científico e tecnológico, e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
3. Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos e articulação com empresas, família e sociedade, na perspectiva do desenvolvimento de aptidões para a vida social e produtiva;
4. Integração entre educação e trabalho, ciência, tecnologia e cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular;
5. Integração de conhecimentos gerais e profissionais, na perspectiva da articulação entre saberes específicos, tendo a pesquisa como eixo nucleador da prática pedagógica;
6. No exercício da docência, os docentes do IFPA desempenharão atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e/ou representação institucional, podendo também desenvolver atividades administrativas;
7. Contextualização que assegure estratégias favoráveis à compreensão de significados e integrem a teoria à vivência da prática profissional;
8. Articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos produtivos locais;
9. Reconhecimento das diversidades dos sujeitos, inclusive de suas realidades étnico-culturais, como a dos negros, quilombolas, povos indígenas e populações do campo;
10. O projeto integrador como uma atividade específica de orientação coletiva,

assim como atividade acadêmica estratégica para o desenvolvimento de práticas integradoras que possibilitem a articulação entre as disciplinas de formação geral e formação técnica e as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

11. Flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais;

12. Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem competências profissionais, objetivando desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas socioeconômico-ambientais, configurando o técnico a ser formado.

Na perspectiva da lógica que Campus Belém, propõe-se nas suas diretrizes, com base no próprio Regulamento Didático-Pedagógico do IFPA, a previsão de projetos pedagógicos dos cursos indicando a possibilidade de articulação curricular que possa constituir oportunidades no processo de construção de métodos sustentados em diversas epistemologias que, além de tudo, sejam diferentes e integradora, compatível com os princípios da interdisciplinaridade, voltados a contextualização e a integração entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem, podendo potencializar a relação entre educação e prática social e o princípio educativo do trabalho efetivando assim a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Diante dessas observações, os projetos pedagógicos dos cursos deverão ser organizados a partir de parâmetros que procura apresentar princípios que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão, as quais estão vinculados às normativas internas e educacionais, com vista a apontar caminhos para a implementação da prática profissional, da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, bem como o desenvolvimento da capacidade de investigação científica, como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes na perspectiva da indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão.

Os resultados que poderão ser articulados no projeto pedagógico do curso

tomam como referência a manifestação pela verticalização do ensino como princípio pedagógico, na intenção de proporcionar a formação de um sujeito trabalhador dotado de curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gerando inquietude, possibilitando o protagonismo na busca de informações e de saberes, quer sejam pragmáticos ou científicos.

Embora a tríade ensino, pesquisa e extensão estejam relacionadas à educação superior, é possível relacionar por meio de definições, princípios e intencionalidade às diretrizes previstas para a educação profissional técnica de nível médio. O compromisso de educação integral expresso nos documentos institucionais oficiais encontra orientações nesse processo em que a indissociabilidade possibilita efetivação concreta na missão institucional.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, permite a organização da Prática Profissional, como metodologia integradora na ação didática, a qual induz a superação da perspectiva da fragmentação do conhecimento indicando parâmetros concretos do trabalho envolvendo os saberes que são desenvolvidos e integrados na matriz curricular dos cursos ofertados no IFPA.

A discussão e a construção coletiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, deverão ser assumidas administrativa e academicamente pela gestão do curso, perpassando pela política de formação e de construção do conhecimento, por meio das disciplinas sistematizadas na matriz curricular dos cursos como princípio institucional.

Por implicar organização na compreensão da funcionalidade dos cursos no IFPA, a prática acadêmica, a formação voltada para área de conhecimento específica do curso será produzida por meio da consolidação de princípios que rege a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

22 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

A Política de Assistência Estudantil do IFPA Campus Belém é amparada pelo Decreto Nº. 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, pela Resolução CONSUP Nº 07/2020, de 08 de

janeiro de 2020, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil no IFPA e pela Resolução CONSUP Nº 08/2020, de 08 de janeiro de 2020, regulamenta a concessão de auxílios da Assistência Estudantil no IFPA, tendo como finalidade prover os recursos necessários para o enfrentamento de barreiras e minimizar os impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Estudantes regularmente matriculados (as) nos cursos técnicos e de graduação presenciais do IFPA podem ser beneficiados (as) com as ações da Assistência Estudantil, prioritariamente aqueles (as) que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Como ações da Assistência Estudantil que são definidas por cada Campus, atendendo às especificidades e às necessidades de seus alunos, em atendimento à Resolução CONSUP Nº 07/2020, tem-se: a) moradia estudantil; b) alimentação; c) transporte; d) atenção à saúde; e) atendimento psicossocial; f) inclusão digital; g) cultura; h) esporte; i) creche; j) apoio pedagógico; k) apoio técnico científico; l) acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais e desenvolvimento e altas habilidades de superdotação.

As concessões de auxílios correspondem a uma ação direcionada a estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social, sendo geridas pelo campus a partir das decisões propostas pela Comissão de Assistência Estudantil do IFPA/Campus Belém e aprovadas pelo Fórum de Assistência Estudantil do IFPA/Campus Belém. Essas ações são regidas por edital ou instrução normativa orientados pela PROEN/IFPA, sendo adotados por cada Campus, conforme seu planejamento, no qual constam o número de alunos atendidos em cada ação, valores e critérios. A comprovação da situação de vulnerabilidade social ocorre por meio de análise do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, regulamentada pela Instrução Normativa Nº. 01/2023-PROEN.

No IFPA Campus Belém, a Coordenação de Assuntos Estudantis e Ações Inclusivas - CAEST é responsável pela condução da Política de Assistência Estudantil, atuando no planejamento, coordenação, execução e avaliação das ações de assistência estudantil no campus, em articulação com os demais setores participantes da Comissão de Assistência Estudantil e do atendimento à comunidade acadêmica e tem, entre suas principais atividades:

22.1 Planejar, executar, avaliar e colaborar com a execução de recursos do PNAES no IFPA Campus Belém

Concessões de auxílios estudantis, tais como Auxílio Permanência, Auxílio PCD (regulamentado pela Instrução Normativa Nº 02/2023-PROEN), Auxílio Eventual (regulamentado pela Instrução Normativa Nº 03/2023-PROEN), entre outros auxílios estudantis que venham a ser propostos para o atendimento das linhas previstas no PNAES; Compra e a distribuição de materiais de apoio pedagógico.

22.2 Acompanhamento da execução do Programa Bolsa Permanência, pelo MEC, no campus

A execução do Programa Bolsa Permanência, política de permanência e êxito exclusivamente ofertada para estudantes indígenas e quilombolas dos cursos superiores, conforme Instrução Normativa Nº 03/2015-PROEN, com os seguintes objetivos: I. viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial indígenas e quilombolas; II. reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e III. promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico, como também, realização de ações de Prevenção e Promoção em Saúde, Educação e Direitos Humanos.

22.3 Acolhimento Estudantil

O Acolhimento Estudantil é um serviço realizado por equipe multiprofissional, destinado ao atendimento de estudantes do IFPA Campus Belém para tratar questões de cunho emocional, social, acadêmico ou mesmo multidimensional, que busca proporcionar espaço qualificado de escuta de demandas estudantis identificadas que precisem de acompanhamento especializado.

22.4 Alimentação Escolar

A distribuição de Alimentação Escolar (merenda), ofertada como ação

universal, sem a exigência de comprovação de vulnerabilidade social, visando a política de permanência estudantil. O setor executa as atividades necessárias para que a alimentação chegue aos discentes da Educação Básica e para os discentes em vulnerabilidade social da Educação Superior.

22.5 Acessibilidade

As políticas de inclusão estabelecidas no âmbito do IFPA estão fundamentadas nos princípios referendados, desde os documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Salamanca (1994), passando pela Constituição Federal, instituindo a educação como um direito universal, até a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, que especifica as formas de garantia deste direito. Internamente, estes princípios estão espelhados na resolução Nº 064/2018-CONSUP, que propõe diretrizes, princípios e atribuições do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.

A Acessibilidade é entendida institucionalmente, nos termos da Lei Nº13.146/2016, que em seu Art. 53 estabelece ser, a acessibilidade, “direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”. Nesta mesma Lei encontra-se também o conceito que estabelece o público alvo a quem se destinam as ações de acessibilidade, a saber, as Pessoas com Deficiência, descritas no Art 2º como sendo “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” que tiveram sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições, obstruídas a partir de suas interações com uma ou mais barreiras, incluindo aquelas com transtorno do espectro autista, ou seja, as pessoas portadoras de síndrome clínica caracterizada nas formas discriminadas nos incisos I e II da Lei nº 12.764/2015.

O Instituto Federal do Pará, Campus Belém está, pois, atendendo o direito estabelecido de oferta de um sistema educacional inclusivo, nos níveis e modalidades que lhe competem, como um direito das pessoas com deficiência, de modo que sejam capazes de ter acesso, permanência, participação, aprendizagem e terminalidade com sucesso, a partir da eliminação de barreiras para a promoção de

uma inclusão cada vez mais plena. (Lei Nº 13.146/16, Art. 28, Incisos I, II e XIII).

Pode-se afirmar que o princípio norteador da política de inclusão inscrita no âmbito do IFPA, é a que está estabelecida na Resolução 064/2018, em seu Art. 11, Inciso I, especificamente a “Valorização da Diferença”. Contudo, há que se especificar, que se trata de uma diferença como princípio de Alteridade, ou seja, a partir da qual se reconhece as características e especificidades do outro em sua individualidade, em detrimento de uma comparação com modelos de normalidade relacionados a quaisquer aspectos que definem o público-alvo desta política. Apenas nesta perspectiva poder-se-á garantir este direito às pessoas com deficiência, tendo em vista que suas necessidades educacionais não devam ser avaliadas a partir de um padrão de ação, comportamento, aprendizagem e sucesso. É com base nessa concepção que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA – *Campus* Belém vem desenvolvendo diretrizes e ações que visam construir e consolidar uma política de inclusão que respeite as diferenças na busca por um sistema educacional inclusivo.

22.5.1 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas- NAPNE

As diretrizes adotadas pelo Instituto em prol da inclusão se iniciaram com a implantação, em 2002, do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – TEC NEP, no Âmbito da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica – RFEPT, que se efetivou por meio da criação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE foi criado para dar efetividade às ações do Programa TEC NEP, que visa expandir a oferta de educação profissional, possibilitando o acesso, a permanência e a terminalidade dos estudos das pessoas com deficiências. Desta forma, o NAPNE foi concebido como um setor que articula pessoas e setores para o desenvolvimento das ações de implantação/implementação da Ação TEC NEP no âmbito interno. O NAPNE é o núcleo responsável pela promoção da cultura da educação para a convivência, pela aceitação da diferença, buscando a quebra de barreiras

arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição, de forma a possibilitar a inclusão das pessoas com deficiência, desenvolvendo ações que promovam a igualdade de oportunidade para todos.

No que diz respeito às barreiras arquitetônicas, por exemplo, o Campus Belém do IFPA, tem feito adequações dos espaços físicos, através de um processo de reforma/adaptação de alguns setores realizando algumas adequações na área externa, na infraestrutura física no instituto, para promover a acessibilidade, para garantir o acesso dos discentes com alguma deficiência aos locais e ambientes em que o currículo escolar se efetiva, tais como implantação de rampas de acesso, instalação de elevadores em blocos de salas de aula e laboratórios, para pessoas com mobilidade reduzida, implantação de banheiros adaptados, piso tátil nos corredores e vias de circulação.

Atualmente reestruturado o NAPNE conta com uma equipe multidisciplinar composta por uma Tradutora e Intérprete de Libras (Chefe do Núcleo), uma Psicóloga, uma Assistente social, um Assistente de aluno, uma Pedagoga, e duas docentes, uma de Psicologia e uma de Artes.

Este mesmo núcleo possui equipamentos adequados às necessidades de alunos com deficiência: como ponteiras (15) (para discentes com limitações motoras de membros superiores), Impressora Termo fórmica (01), Máquinas Braille (04), Bengala para cego (01), Teclados Intellikeys (10), Reglete (20), Sorobã (10), Lupa fluorescente (09), Bola com Guiso (01), computadores com programas de leitura de tela com sintetizadores de voz. É responsável pelo encaminhamento de adequações necessárias às peculiaridades de alguns alunos. Tais como adequação de mesa para alunos cadeirantes, ou adequação da altura da cadeira para alunos com nanismo, isto é, necessidades identificadas a partir das demandas, por exemplo.

O NAPNE desenvolve ações de inclusão como atendimentos pedagógicos aos discentes com deficiência ou com necessidades educacionais especiais; semestralmente, oferta curso de Introdução à LIBRAS destinado à servidores e alunos; têm estimulado a participação de professores e alunos para atuarem junto ao NAPNE por meio de editais de Ensino, Pesquisa e Extensão; acompanha a Política

de cotas para pessoas com deficiência e participa da comissão do Processo Seletivo; participa de eventos institucionais como o planejamento pedagógico, capacitação para servidores e organização de evento anual voltado à inclusão de pessoas com deficiência.

O IFPA Campus Belém, atende às determinações estabelecidas na Lei 10.436/02 e no Decreto 5626/05, sobre a oferta da Disciplina de Introdução à LIBRAS obrigatoriamente, com cargas horárias que variam no curso de Licenciatura em Pedagogia do 80h e nas demais Licenciaturas entre 40h a 60h, e em cursos da educação profissional, como disciplinas eletiva ou optativa, conforme estabelecido nos respectivos PPC's de curso.

23 DIPLOMAÇÃO

A diplomação é realizada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) - Campus Belém, no que se refere aos cursos técnicos nas formas subsequente e Integrado ao Ensino Médio, pelo Departamento de Registro e Indicadores Acadêmicos.

A expedição do diploma é efetivada mediante a integralização curricular do curso pelo estudante, conforme estabelece o Art. 222 do Regulamento Didático Pedagógico da Educação Básica e Profissional do IFPA, Resolução Nº 945/2023 – CONSUP, a integralização curricular é o cumprimento com aproveitamento, pelo estudante, dos componentes curriculares obrigatórios, da carga horária dos componentes optativos, quando houver, e das atividades acadêmicas específicas da estrutura curricular prevista no PPC.

Ao estudante do Curso Técnico de Nível Médio em Agente Comunitário de Saúde, subsequente ao Ensino Médio, após a integralização de todos os componentes curriculares que compõem o curso previsto na matriz, será conferido o Diploma de Técnico em Agente Comunitário de Saúde. Este Diploma dará direito a prosseguimento nos estudos e a possibilidade de acesso ao mundo do trabalho.

Para a solicitação do diploma, o discente deverá seguir o que estabelece o Art. 382, do Regulamento Didático Pedagógico da Educação Básica e Profissional do

IFPA, Resolução Nº 945/2023 – CONSUP, em relação às documentações requeridas.

Fundamentando-se ainda nas recomendações do referido Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA em seu Art. 370 e 371, assim como nas orientações repassadas pela CGLRIE-PROEN deste IFPA em forma de tutorial, o estudante que solicitar a emissão de diploma deverá preencher formulário próprio, anexar cópias dos documentos solicitados, e protocolar no Campus de conclusão do curso.

24 Referências Bibliográficas

BRASIL. **Diretrizes Curriculares da Educação Profissional**. Brasília, 2012.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Resolução CNE/CP nº 01/2021. Brasília, 2021.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 02/2010. Brasília, 2010.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC, 2010);

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico** (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC, 2021);

_____. **Decreto 5154/2004** de 23 de julho de 2004. Regulamenta o desenvolvimento da educação profissional de forma articulada com o ensino médio. Brasília, 2004.

_____. **Lei nº 11.350/05 de outubro de 2006**. Brasília, 2006.

_____. **Lei nº 13.595/05 de janeiro de 2018**. Brasília, 2018.

_____. **Lei nº 14.536/20 de janeiro de 2023**. Brasília, 2023.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 4º ed. Brasília, 2023.

IFPA, **Projeto Pedagógico Institucional**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará: Belém, 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2019–2023.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará: Belém, 2022.

_____. **Resolução nº 111/2015** - CONSUP de 19 de agosto de 2015. Cria as áreas de abrangência por campus. IFPA: Belém, 2015.

_____. **Resolução nº 912/2022** - CONSUP de 20 de dezembro de 2022. Estabelece os procedimentos a serem adotados para criação de cursos, para elaboração e atualização de Projeto Pedagógico de Curso e para extinção de cursos, nos níveis da Educação Básica e Profissional e do Ensino Superior de Graduação, na modalidade presencial, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. IFPA: Belém, 2022.

_____. **Resolução nº 945/2023** – CONSUP de 08 de março de 2023. Aprova o Regulamento Didático Pedagógico da Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. IFPA: Belém, 2023.

CABRAL, Nara G. Saberes em Extensão Universitária: contradições, tensões, desaños e desassossegos. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MACIEL, Alderlândia S. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um balanço do período 1988-2008. 2010. 195 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2010.

25. ANEXOS ou APÊNDICES

25.1 APÊNDICE A: Equivalências entre os componentes do PPC de 2017 e 2023.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO 2017			PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO- 2023			
Componente	CHR	Semestre	Núcleos	Componente equivalente	Semestre	CHR
Ética e Cidadania	50	Primeiro Semestre	Núcleo Básico	Ética e Cidadania	Primeiro Semestre	50
Sociologia e Saúde	50			Sociologia e Saúde		50
Leitura e Produção de texto	50			Linguagem e Comunicação		50
Educação em Promoção em Saúde(2)	50			Informática Básica		67
Libras (1)	33		Núcleo Tecnológico	Políticas Públicas em Saúde		50
Políticas Públicas em Saúde	67			Noções de Microbiologia e Parasitologia		67
				Geoprocessamento e Territorialização		50
			SUB-TOTAL			333,333333
Gestão e Saúde (1)	50	Segundo Semestre	Núcleo Tecnológico	Noções de Fisiologia e Anatomia	Segundo Semestre	50
Cultura Amazônica e Saúde (1)	50			Doenças Emergentes e Reemergentes		67
Informática Básica (3)	33			Epidemiologia		67
Epidemiologia	67			Noções de Primeiros Socorros		50
Noções de Vigilância em Saúde (4)	50			Educação e Promoção em Saúde		67
Metodologia Científica (1)	50			Saúde da Mulher		50
			Núcleo Politécnico	Projeto Integrador 1		50
			SUB-TOTAL			400
Controle dos Vetores (1)	67	Terceiro Semestre	Núcleo Tecnológico	Saúde Digital e o Sistema de Informação em Saúde- SIS	Terceiro Semestre	67
Aplicativos Informatizados em saúde Coletiva	50			Saúde da Família		67
Noções de Bioestatística (1)	33			Doenças crônicas e Agravos Não Transmissíveis-DANT		67
Noções de Primeiros Socorros (2)	50			Saúde e Inclusão		50
Doenças Endêmicas e Epidêmicas no Brasil(5)	67			Noções de Vigilância em Saúde		67
Projeto Integrador I (2)	33			Saúde do Homem e Idoso		50
			Núcleo Politécnico	Saúde Da Criança e Adolescente		50
				Projeto Integrador 2		50
			SUB-TOTAL			400
Saúde da Família (4)	67	Quarto Semestre	TOTAL GERAL			###
Organização da Atenção a Saúde e Territorialização (6)	67					
Prevenção e Controle das Doenças Crônicas não transmissíveis DCNT(7)	50					
Saúde e Meio Ambiente(1)	50					
Saúde e Inclusão (4)	33					
Projeto Integrador II	33					

(1) disciplina excluída; (2) Disciplina remanejada para o 2º Semestre; (3) Disciplina remanejada para o 1º Semestre; (4) Disciplina remanejada para o 3º Semestre; (5) Disciplina remanejada para o 2º Semestre, equivalente a Disciplina Doenças Emergentes e Reemergentes; (6) Disciplina remanejada para o 3º Semestre, equivalente a Disciplina Saúde Digital e o SIS Noções de Vigilância em Saúde; (7) Disciplina remanejada para o 3º Semestre, equivalente a Disciplina Doenças e Agravos Não Transmissíveis-DANT.

25.2 APÊNDICE B: Ementas dos componentes curriculares do 1º, 2º e 3º semestres do curso.

1º SEMESTRE		
Componente Curricular:	ÉTICA E CIDADANIA	
Carga Horária Relógio: 50	Carga Horária Aula: 60	Período Letivo: 1º
Ementa: O ACS e os diferentes aspectos da Ética; Implicações culturais associadas à cidadania e ética; Direitos humanos; Consciência, virtude e vontade ética; Responsabilidade Social; Introdução de práticas de humanização nos centros de atendimento à saúde.		
Ênfase Tecnológica: Conhecer conceitos básicos sobre ética, cidadania, direitos humanos no sentido de reconhecer a relevância destes para o desenvolvimento da ética profissional a ser desenvolvida na atenção básica à saúde, com ênfase nas práticas de humanização em saúde.		
Área de Integração: Sociologia e saúde; Linguagem e comunicação.		
Bibliografia Básica: DE ALMEIDA, Simone Lopes et al. Política de humanização (HumanizaSUS): uma política transversal na saúde. Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 30, p. e786-e786, 2019. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/786. Acesso em 21 Out 2023. HUMANOS, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS. Declaração universal dos direitos humanos. v. 13, p. 175-196, 2015. GALLO, Silvio. Ética e Cidadania: caminhos da filosofia (elementos para o ensino de filosofia). São Paulo: Papirus, 2013. NODARI, Paulo César. Sobre ética: Aristóteles, Kant e Levinas. Caxias do Sul: Educs, 2013.		
Bibliografia Complementar: Chauí, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2009. DE SÁ, Antônio Lopes. Ética profissional. Atlas, 2009. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Saúde. Documento Base. 4ª ed. Brasília: Ministério da Saúde (MS); 2007.		

1º SEMESTRE		
Componente Curricular:	SOCIOLOGIA E SAÚDE	
Carga Horária Relógio: 50	Carga Horária Aula: 60	Período Letivo: 1º
Ementa: A Sociologia no cotidiano; Política e cidadania; Participação e mobilização social: conceitos, fatores que facilitam e/ou dificultam a ação coletiva de base popular; Lideranças: conceito, tipos e processos de constituição de líderes populares; Cultura, identidade; Saúde e doença como construções sociais; Família: ampliação do conceito, especificidade e diferença; Estratégias de abordagem a grupos sociais, especialmente a família; Cultura popular e práticas populares no cuidado à saúde.		
Ênfase Tecnológica: Conhecimentos sobre a participação e mobilização social, permeando os fatores que facilitam e/ou dificultam a ação coletiva de base popular, e as estratégias de abordagem a grupos sociais, especialmente a família.		
Área de Integração: Educação e Promoção em Saúde, Doenças Emergentes e Reemergentes, Doenças e Agravos Não Transmissíveis, Saúde da Família.		
Bibliografia Básica: BOUDON, Raymond. Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. CANESQUI AM, organizador. Dilemas e desafios das ciências sociais na saúde coletiva. São Paulo: Hucitec /Rio de Janeiro: Abrasco; 1995. p.123-32 LE BRETON, D. A Sociologia Do Corpo. Petrópolis: Editora Vozes; 2006. 104pp.		
Bibliografia Complementar: CADERNOS DE SOCIOLOGIA. Natureza, História e Cultura. Repensando o Social. Porto Alegre: UFRGS/PPGS. 1993 (número especial). DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro. 5. ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1990, 287p. ZANCHI, Marco Túlio; ZUGNO, Paulo Luiz, Sociologia da Saúde. Educ: São Paulo. 2 ed. 2008. 397p.		

1º SEMESTRE		
Componente Curricular:	LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO	
Carga Horária Relógio: 50	Carga Horária Aula: 60	Período Letivo: 1º
Ementa: Linguagem e comunicação: níveis e registros da Língua Portuguesa; funções da linguagem; Leitura, análise e interpretação de textos; Progressão discursiva: frases, parágrafos, coesão e coerência textual; Gêneros textuais; Tipologia textual:		

descrição, dissertação e carta argumentativa; relatório técnico, memorial descritivo; resumo e resenha; Noções de concordância, regência, pontuação, acentuação gráfica e ortografia (novo acordo ortográfico).
Ênfase Tecnológica: Estabelecer a comunicação como um dos elementos fundamentais para a qualificação e bom funcionamento das ações em saúde através de uma linguagem que alcance o entendimento da comunidade.
Área de Integração: Projeto Integrador 1, Projeto Integrador 2. Educação e Promoção em Saúde.
Bibliografia Básica: BAMBERGER, R. Como Incentivar o Hábito de Leitura. São Paulo: Ática, 2002. SOUZA, L. M. de; CARVALHO, S. W. de. Compreensão e Produção de Textos. Petrópolis: Vozes, 2000. FARACO, C. A.; TEZZA, C. Oficina de Texto. Petrópolis: Vozes, 2003.
Bibliografia Complementar: CUNHA, Celso, Luís F. Lindley Cintra. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 5ª. ed, Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. MEDEIROS, João. Português instrumental, 10ª ed. Atlas, 2013. Vital Book file. Minha Biblioteca. http://online.minhabiblioteca.com.br/books/9788522485598 . NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática para uso do português. São Paulo: UNESP, 2000.

1º SEMESTRE		
Componente Curricular:	INFORMÁTICA BÁSICA	
Carga Horária Relógio: 67	Carga Horária Aula: 80	Período Letivo: 1º
Ementa: Conhecendo o computador: hardware, software, peopleware; A utilização da informática como ferramenta de auxílio à produtividade do Agente Comunitário de Saúde; Sistema Operacional Windows; Editor de texto Word; Planilha eletrônica Excel; Ambiente de apresentação PowerPoint. Introdução ao banco de dados Access; Noções de Internet para uso como ferramenta de pesquisa. Uso de aplicativos para uso de boletins on-line na rotina do trabalho em campo.		
Ênfase Tecnológica: Oferecer o conhecimento básico de informática, dando condições aos agentes comunitários de saúde de utilizar a internet e outros recursos computacionais e manuseio de plataformas de estudo.		
Área de Integração: Epidemiologia, Geoprocessamento e Territorialização, Saúde Digital e o SIS.		

Bibliografia Básica:

ADENILTON, A.S.; DA SILVA V.V; JUNIOR, V.B.S. O uso de aplicativos para tornar mais ágil e eficiente o processo de detecção e controle de endemias. Revista Facima Digital Gestão, p.113-132, 2016. Disponível em https://www.facima.edu.br/instituto/revista/arquivos/revista_facima_digital_anol.pdf

LWIN, M.O.et al. A social media mHealth solution to address the needs of dengue prevention and management in Sri Lanka. J Med Internet Res, v.18, n.7:e149, 2016.

NASCIMENTO, A. J. Introdução à Informática. São Paulo: McGraw-Hill, 1996.

SAHY. Sistemas operacionais: tipos e diferenças. São Paulo: MakronBooks, 2009.

NORTON, P. Introdução à Informática. São Paulo: MakronBooks, 2007.

Bibliografia Complementar:

LWIN, M.O. et al. Baselineevaluationof a participatory mobile healthintervention for dengue prevention in Sri Lanka. HealthEducBehav, v.43, n.4, p. 471-479, Aug.2016.

GREC, W. Informática para todos. São Paulo: Atlas, 2003.

MEIRELLES, F. S. Informática: Novas aplicações com microcomputadores. São Paulo: MakronBooks, 1994.

1º SEMESTRE		
Componente Curricular:	POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE	
Carga Horária Relógio: 67	Carga Horário Aula: 80	Período Letivo: 1º
Ementa: História das políticas públicas no Brasil; Constituição federal, lei 8080 e lei 8142; Normas Operacionais do Sus; Pacto pela Saúde; Política Nacional de Promoção da Saúde; Portaria nº 2.436/17 – Política Nacional da Atenção Básica; Portaria nº 4.279/10 – Redes de Atenção à Saúde no SUS; Portaria nº 44/GM, de 03/01/2002. Decreto nº 7508/2011;		
Ênfase Tecnológica: Compreender o conceito de política pública em saúde e sua evolução histórica, bem como analisar os principais desafios enfrentados na suas implementação. Compreender a importância da participação social na construção e implementação das políticas públicas de saúde, bem como o papel dos diferentes atores envolvidos no processo.		
Área de Integração: Noções de Vigilância em Saúde, Saúde e Inclusão, Saúde da Família.		

Bibliografia Básica:

Natale Oliveira de Souza. **Políticas de Saúde: Comentadas e Esquematizadas 2º edição**. 2. ed. - Salvador: Editora Sanar,. 2020

GIOVANELLA, L. et. al. (Org.). *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz: Cebes, 3 ed. 2017.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria. **História das políticas de saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde**. In: MATTA, Gustavo Correa; MOURA, Ana Lucia (Org.). *Políticas de saúde: a organização e a operacionalização do Sistema Único de Saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 2007. p. 2

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coordenação de Apoio à Gestão Descentralizada. Diretrizes operacionais para os pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão**. Brasília, DF, 2006.9-60.

1º SEMESTRE		
Componente Curricular:	NOÇÕES DE MICROBIOLOGIA E PARASITOLOGIA	
Carga Horária Relógio: 67	Carga Horária Aula:80	Período Letivo: 1º
Ementa: Introdução à microbiologia: bactérias, fungos. Parasitologia básica: protozooses e helmintoses; Características morfofisiológicas de vírus, bactérias e fungos, seus ciclos biológicos, patogenicidades e benefícios; Coleta, transporte e descarte de material biológico e microbiológico; Interação dos microrganismos com o homem; Doenças e aos agentes etiológicos; Microrganismos indicadores. Infecções, intoxicações e toxinfecções. Métodos analíticos microbiológicos; Parasitoses: diagnóstico, epidemiologia, profilaxia e tratamento.		
Ênfase Tecnológica: Entender os microorganismos e a forma como eles interferem sobre a saúde do ser humano. Conhecendo a atuação dos microrganismos é possível interromper a transmissão das doenças, que pode acontecer no mesmo indivíduo ou de um indivíduo para outro.		
Área de Integração: Epidemiologia, Vigilância em Saúde , Noções de Anatomia e Fisiologia Humana, Projetos Integrador I e II.		

Bibliografia Básica:

REY, L. Bases da Parasitologia. 1 ed. Guanabara Koogan, 1993.

PEREIRA NEVES, D. Parasitologia humana. 8 ed. Atheneu, 1991

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde: volume único.

Bibliografia Complementar:

TRABULSI, Luiz Rachid; ALTERTHUM, Flavio. Microbiologia. 5. ed. São Paulo (SP): Atheneu, 2008. 760p. (Biblioteca biomédica) ISBN 9788573799811

BURTON, G. R. W.; ENGELKIRK, P. G. Microbiologia para as Ciências da Saúde. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. NEVES, D. P. et al. Parasitologia humana. 13ª ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2016. TRABULSI, L.R.;

ALTERTHUM, F.A. Microbiologia. 5ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2008.p.780. – Número de chamada: 576.8 M626 (19 exemplares na BU e 6 exemplares na biblioteca setorial da medicina) (10 exemplares na BU e 4 exemplares na BU da 24ª. edição de 2009).

Artigos recentes sobre os assuntos podem ser encontrados no banco de dados PubMed Central da US NationalLibraryof Medicine - NationalInstitutesofHealth: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/> (em inglês) ou no website Scielo: <http://www.scielo.org/php/index.php> (em português, espanhol e inglês).

1º SEMESTRE		
Componente Curricular:	GEOPROCESSAMENTO E TERRITORIALIZAÇÃO	
Carga Horária Relógio: 67	Carga Horária Aula: 80	Período Letivo: 1º
Ementa: Geoprocessamento em saúde: conceitos, métodos e técnicas; Desafios do geoprocessamento em saúde pública; A atuação do ACS e do ACE em microáreas, mapeamento e análise espacial de agravos e sua correlação com o E-sus Territorial; Unificando os territórios; Construção de um banco de dados cartográfico-digital: tipos de dados: ambientais; socioeconômico etc.; definição da base cartográfica: sistemas de projeção; escala/resolução; Estudo de caso: utilizando ao e-sus território para mapear os arranjos produtivos e identificar fatores que determinam e ou condicionam os agravos para fins epidemiológicos; Introdução à análise espacial em saúde. Apresentação dos resultados: produção de mapas: construção de formato básico; seleção de cores; impressão/exportação.		

Ênfase Tecnológica: O geoprocessamento se baseia na análise de informações geográficas. O ACS tem a possibilidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a área, microárea e o território trabalhado, aplicando métodos e técnicas de processamento de dados espaciais e análise de imagens.

Área de Integração: Epidemiologia; Saúde Digital e o SIS, Noções de Vigilância em Saúde, Saúde da Família, Doenças Emergentes e Reemergentes, Projetos Integradores.

Bibliografia Básica:

BARCELLOS, C.; BASTOS, F.I. Geoprocessamento, ambiente e saúde: Uma união possível? Cadernos de Saúde Pública, n.12, p. 389- 397, 1996

PONTES, J.S.; BORGES, U.N.; PONTES, M.L.F.; LIMA, E.R.V. Espaço, saúde e ambiente: uma análise espacial da comunidade Santa Clara por meio de técnicas de geoprocessamento. Cadernos do Logepa, v. 2, p. 116-126, 2003.

Bibliografia Complementar:

PESSOA, J.P.M.; de OLIVEIRA, E.S.F.; TEIXEIRA, R.A.G.; LEMOS, C.L.S.; de BARROS, N.F. Controle da dengue: os consensos produzidos por Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde sobre as ações integradas. Ciência e Saúde Coletiva, v.21, n.8, p. 2329-2338, 2016

De FARIA, R.M. A territorialização da Atenção Básica à Saúde do Sistema Único de Saúde do Brasil. Ciência e Saúde Coletiva, v.25, n.11, p. 4521-4530, 2020.

2º SEMESTRE		
Componente Curricular:	NOÇÕES DE ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	
Carga Horária Relógio: 50	Carga Horária Aula: 60	Período Letivo: 2º
Ementa: Fundamentos da anatomia e fisiologia humana. Planos e eixos de movimento e conceitos sobre a constituição geral do corpo humano; Sistemas do corpo humano: músculo esquelético, respiratório, cardiovascular, nervoso, tegumentar, digestório, excretor, reprodutor e endócrino.		
Ênfase Tecnológica: Conhecimento básico da estrutura e funcionamento dos diferentes sistemas orgânicos.		
Área de Integração: Doenças e Agravos Não Transmissíveis-DANT; Noções de Microbiologia e Parasitologia; Projetos Integradores.		
Bibliografia Básica: DANGELO, J. G.; FATTINI, C.A. Anatomia humana básica. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 184p. GUYTON, A. C. Fisiologia Humana: uma abordagem integrada. 5. ed. Barueri; Manole, 2010.		

HALL, J.E. Tratado de fisiologia médica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 1151p.
 KAWAMOTO, E.. Anatomia e fisiologia humana. São Paulo: Atual, 2009. 183p
 MARIEB, E.; HOEHN, K. Anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Artmed, 2009.1046p.

Bibliografia Complementar:

MOORE, K.L.; DALLEY, A.F. Anatomia orientada para a clínica. 5a .ed., Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 2007.

NETTER, F.H. Atlas de Anatomia Humana. Porto Alegre, ArtMed. 2008
 WERNER PLATZER. Anatomia Texto e Atlas do Sistema Locomotor. 9ªed., Artmed, 2007. Volume 1.

WERNER PLATZER. Anatomia Texto e Atlas do Sistema Locomotor. 9ªed., Artmed, 2007. Volume 2.

WERNER PLATZER. Anatomia Texto e Atlas do Sistema Locomotor. 9ªed., Artmed, 2007. Volume 3

2º SEMESTRE		
Componente Curricular:	DOENÇAS EMERGENTES E REEMERGENTES	
Carga Horária Relógio: 67	Carga Horária Aula: 80	Período Letivo: 2º
Ementa: Transição epidemiológica. Comportamento epidemiológico de doenças; Bases conceituais em doenças emergentes e reemergentes; Fatores biológicos, clínicos, epidemiológicos, econômicos e sociais da emergência ou reemergência de patógenos; Mecanismos e fatores determinantes para ocorrência de doenças emergentes e reemergentes; Doenças negligenciadas: dengue, doença de Chagas, esquistossomose, hanseníase, leishmaniose, malária, tuberculose, entre outras. Doenças infecciosas e parasitárias emergentes e reemergentes de importância nacional.		
Ênfase Tecnológica: Entendimento de medidas estratégicas de controle das doenças emergentes e reemergentes.		
Área de Integração: Noções de Microbiologia e Parasitologia, Epidemiologia, Educação e Promoção em Saúde.		
Bibliografia Básica: BARRADAS, R.C. B. O desafio das doenças emergentes e a revalorização da epidemiologia descritiva. Inf. Epidemiol. Sus, v.8, n. 1, p. 7-15, Mar. 1999. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5123/S0104-16731999000100002. BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças negligenciadas: estratégias do Ministério da Saúde. Informe Técnico. Ministério da Saúde. Rev Saúde Pública. v.44, n.1, p.200-2, Fev. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/SGgpSRmvyByDF3bKphbd3Tx/?lang=pt BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-		

Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde: volume único [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. – 3ª. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/junho/25/guia-vigilancia-saude-volume-unico-3ed.pdf>

SOUZA, W. Doenças negligenciadas. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2010. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-199>.

Bibliografia Complementar:

CARDOSO, T. A. O.; VITAL, N. C.; NAVARRO, M. B. M. A. Biossegurança: Estratégias de Gestão de Riscos, Doenças Emergentes e Reemergentes: Impactos na Saúde Pública. São Paulo, Editora Santos. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Leptospirose: diagnóstico e manejo clínico / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/leptospirose-diagnostico-manejo-clinico2.pdf>

2º SEMESTRE

Componente Curricular:	EPIDEMIOLOGIA	
Carga Horária Relógio: 67	Carga Horária Aula: 80	Período Letivo: 2º

Ementa:

Epidemiologia e Prevenção; História Natural da Doença e Níveis de Prevenção; Epidemiologia e Classificação (Descritiva: Variáveis Tempo, Lugar e Pessoa; Método Epidemiológico. (Analítica e Experimental); Aplicabilidade das variáveis epidemiológicas no E-sus Território da elaboração de Plano de Ação; Medidas de frequência e associação dos riscos das doenças; Morbidade. Incidência e Prevalência; Mortalidade; Indicadores de Mortalidade; Sistemas de Informação em Saúde, Fluxos e Formulários; Transição demográfica, epidemiológica e nutricional; Análise de situação de Saúde no Território; Aplicação da Epidemiologia no Território - Uso do E-sus Território; Estudo de Casos.

Ênfase Tecnológica: Instrumentalizar o ACS no monitoramento das condições de saúde das populações de referência.

Área de Integração: Vigilância em Saúde; Saúde Digital e SIS, Projetos Integradores 1 e 2.

Bibliografia Básica:

Epidemiologia, Bioestatística e Medicina Preventiva – James F Jakel e col. – Editora Artmed 2.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. de. Epidemiologia e saúde. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.

OLIVEIRA FILHO, P. F. de. Epidemiologia e Bioestatística: Fundamentos para a Leitura Crítica. 1ªed. Rio de Janeiro: Rubio, 2015. Disponível em: https://issuu.com/editorarubio/docs/issuu_epidemiologia_e_bioestat__st

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Saúde ambiental: guia básico para construção de indicadores / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.124 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_ambiental_guia_basico.pdf

d
TEXTOS DE APOIO E MATERIAL COMPLEMENTAR (disponível na Biblioteca Virtual do Sigaa)

2º SEMESTRE		
Componente Curricular:	NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS	
Carga Horária Relógio: 50	Carga Horária Aula: 60	Período Letivo: 2º
Ementa: Princípios gerais de primeiros socorros. Avaliação inicial da vítima e prioridades no atendimento. Atendimento de emergência em: parada cardiorrespiratória; hemorragias; ferimentos, urgências provocadas pelo calor; choque elétrico; males súbitos; intoxicações e envenenamentos. Envenenamento por animais peçonhentos. Estados de choque. Corpos estranhos. Afogamento. Imobilização de luxações, entorses e fraturas. Resgate e transporte de pessoas acidentadas.		
Ênfase Tecnológica: Princípios gerais de primeiros socorros. Avaliação inicial da vítima e prioridades no atendimento.		
Área de Integração: Noções de fisiologia e anatomia, epidemiologia, educação e promoção da saúde.		
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Diagnóstico e Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. Brasília. 2 ed. 2001. 131p.Disponível em: https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Manual-de-Diagnostico-e-Tratamento-de-Acidentes-por-Animais-Pe--onhentos.pdf CHAPLEAU, W. Manual de emergências – um guia para primeiros socorros. São Paulo: Elsevier, 2008. LOMBA, M. & LOMBA, A. Curso SBVT- Suporte Básico à Vida no Trauma. 6ª ed. Olinda: Grupo Universo, 2019.		

Bibliografia Complementar:

MANTOVANI, Mario (Ed.). **Suporte básico e avançado de vida no trauma**. São Paulo: Atheneu, 2005. 452 p. ISBN 8573797665 (broch.)

MICHEL, Oswaldo. **Guia de primeiros socorros: para cipeiros e serviços especializados em medicina, engenharia e segurança do trabalho**. São Paulo: LTr, 2003. 272 p. ISBN 8536102934 (broch.).

2º SEMESTRE		
Componente Curricular:	EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO EM SAÚDE	
Carga Horária Relógio: 67	Carga Horária Aula: 80	Período Letivo: 2º
Ementa: Processo de comunicação: conceito, importância e práticas; Métodos e técnicas de comunicação interpessoal; Valores Humanos nas relações intra e interpessoais. Estratégias de abordagem a grupos sociais, especialmente a família. Direitos humanos. Relações de poder; Dinâmica de trabalho em saúde e suas características. Conceitos: participação, cidadania, cidadão, liderança, movimento social, associativismo, etc. Cidadania no âmbito da promoção social e da saúde – direitos e deveres do cidadão. Educação em saúde e educação popular em saúde.		
Ênfase Tecnológica: Dialogar e executar práticas pedagógicas no processo de trabalho do ACS.		
Área de Integração: Saúde da família, Doenças Emergentes e Reemergentes, Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis, Noções de Primeiros Socorros, Saúde da criança e do adolescente, Saúde do Homem e do idoso, saúde da Mulher.		
Bibliografia Básica: HOCHMAN, Gilberto. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2007. HEIDEMANN, Miriam. Adolescência e Saúde: Uma Visão Preventiva - Para Profissionais de Saúde e Educação. Petrópolis, RJ: Vozes. 2006. MENDES, Dolly; VIANNA, Regina d'Alva. Educação em saúde: tendência atual. In: VIEIRA, Raymundo Manno (Org). Fonoaudiologia e saúde pública. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pro- Fono, 2000. p. 63-68. ALBUQUERQUE, P.C.; STOTZ, E.N. A educação popular na atenção básica à saúde no município: em busca da integralidade. Interface (Botucatu), v.8, n.15, p. 259-74, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/Lt4mytxnczXDFNQfZHQnCKc/?lang=pt CARDOSO, A. S.; NASCIMENTO, M. C. Comunicação no Programa Saúde da Família: o agente de saúde como elo integrador entre a equipe e a comunidade. Ciênc. Saúde Coletiva, v.15, s.1, p.1509-1520, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/hsr99LMMzsRkWvqtsYfNWdc/?lang=pt		

CARVALHO, M.A.P. Construção compartilhada do conhecimento: análise da produção de material educativo. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Caderno de Educação Popular e Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, p.91- 102, 2007. CASTELLS, M. A sociedade em rede. 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 1999. 617p. MALFITANO, A.P.S.; LOPES, R.E. Educação popular, ações em saúde, demandas e intervenções sociais: o papel dos agentes comunitários de saúde. Cad CEDES. v.9, n.79, p. 361-72, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/FpW37t85m4XQKxgLNgc6G7P/abstract/?lang=pt> CORIOLANO-MARINUS, M.W.L; QUEIROGA, B. A.M.; RUIZ-MORENO, L. Comunicação nas práticas em saúde: revisão integrativa da literatura. Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.4, p.1356-1369, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/v4qzCcwMMwyyz5TztQ9sMg/?lang=pt> CORCORAN, N. Comunicação em Saúde – Estratégias para promoção de saúde. São Paulo: Roca, 2010. MOREL, C.M.T.M.; PEREIRA, I. D.A.F.; LOPES, M. C. R. (org) Educação em saúde: material didático para formação técnica de agentes comunitários de saúde, Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. 271 p. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/livro_mat_did_acs.pdf.

Bibliografia Complementar:

CAVALCANTI, Clóvis. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas, São Paulo: Cortez, 2001.
GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental: no consenso um embate? Campinas, SP: Papirus, 2004.

2º SEMESTRE		
Componente Curricular:	SAÚDE DA MULHER	
Carga Horária Relógio: 50	Carga Horária Aula: 60	Período Letivo: 2º
Ementa: Organização das políticas públicas de saúde voltadas à saúde da mulher e direitos reprodutivos. A violência no contexto familiar, especialmente, contra a mulher. Estudo do ciclo vital feminino. Abordagem da saúde sexual e reprodutiva da população feminina. Saúde reprodutiva, incluindo atenção pré-natal, parto e puerpério, contracepção e amamentação. Prevenção e detecção precoce do câncer genital e mamário. Desenvolvimento de atividades educativas.		
Ênfase Tecnológica: Estudo do ciclo vital feminino e papel do ACS na saúde da mulher.		
Área de Integração: Políticas públicas em saúde, epidemiologia, educação e promoção em saúde, saúde da família, noções de vigilância em saúde e saúde da criança e do adolescente.		

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Disponível

em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf

CASTRO, L.. SIMONETTI, M.C.X., ARAÚJO, M.J.O. (org) **Monitoramento e Acompanhamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (PNPM)**, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnpm-versaoweb.pdf.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, S.A.S., D.A.P.S. **Coordenação Materno Infantil**. Manuais Técnicos. Brasília/DF.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Parto, Aborto e Puerpério: Assistência Humanizada à Mulher**. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

Brasil. **Lei Federal nº 11.108, de 07 de abril de 2005**. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Diário Oficial da União. 08-abril- 2005, p.1.

Disponível

em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11108&ano=2005&ato=e30k3YE5EMRpWT25a>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Portaria nº 48, DE 11 de fevereiro de 1999. **Dispõe sobre o planejamento familiar e dá outras providências**. Diário Oficial da União, de 24 de novembro de 1997, nº 227.

Disponível

em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/1999/prt0048_11_02_1999.html.

HERRMANN, A. **Guia do Pré-Natal do Parceiro para Profissionais de Saúde**. Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/agosto/11/guia_PreNatal.pdf.

2º SEMESTRE		
Componente Curricular:	PROJETO INTEGRADOR 1	
Carga Horária Relógio: 50	Carga Horária Aula: 60	Período Letivo: 2º
Ementa: O projeto integrador visa orientar o educando para a elaboração de um projeto onde o aluno deverá utilizar as ferramentas adquiridas nas componentes curriculares do módulo, exercitando a interdisciplinaridade, e, procurando sempre a orientação e apoio técnico dos educadores. Ao final do módulo o aluno, orientado pelo professor, deverá apresentar um projeto ou portfólio e um plano de ação com estratégias de atuação em Programas de Saúde da Família e Comunidade.		
Ênfase Tecnológica: Oportunizar a integração curricular das áreas de conhecimento que fundamentam o eixo tecnológico do curso de maneira contextualizada e participativa a partir dos conteúdos técnicos abordados nos componentes curriculares.		
Área de Integração: Componentes curriculares do semestre.		
Bibliografia Básica: ALMEIDA, Fernando José de, FONSECA JÚNIOR, Fernando Moraes. Projetos e ambientes inovadores. Brasília: MEC / SEED, 2000. ANDRADE, Patrícia Carlos de. Oriente-se: guia de profissões e mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Oriente-se, 2000. Normas ABNT. Disponível em: http://www.trabalhosabnt.com/regras-normas-abnt-formatacao. Acesso em 30 de maio de 2013.		
Bibliografia Complementar: MARTINS, W. F. & WOILER, S. Projetos: Planejamento, Elaboração e Análise. 2. ed. Atlas, 2008. BALLLESTERO-ALVAREZ, M. E. Manual de Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2000.		

3º SEMESTRE		
Componente Curricular:	SAÚDE DIGITAL E O SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE (SIS)	
Carga Horária Relógio: 67	Carga Horária Aula: 80	Período Letivo: 3º
Ementa: Diretrizes e Estratégia de saúde digital; Sistemas de Informação em Saúde da APS (SISAB) e Vigilância em saúde (eSUS notifica, SIPNI; SISPNCd; SIM,		

SINASC, SINAN, entre outros); Uso de prontuário eletrônico na APS; Qualidade do registro das informações para as ações de planejamento, monitoramento e avaliação; eSUS-AB, características e funcionalidades; eSUS território, coleta de dados simplificada – CDS, características e funcionalidades; promover a discussão sobre o trabalho integrado com tais sistemas de informação; Aplicativos Informatizados em Saúde de uso dos usuários, dos profissionais de Saúde e Gestão;

Ênfase Tecnológica: Entender a tecnologia como suporte para criar e gerenciar um grande banco de dados.. Ele pode trazer desde as informações mais básicas do paciente, até um conjunto de sobre os arranjos produtivos onde o ACS atua.

Área de Integração: Epidemiologia. Geoprocessamento e Territorialização, Saúde da Família e Projetos Integradores

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. e-SUS Atenção Primária à Saúde: Manual do Sistema com Prontuário Eletrônico do Cidadão PEC – 36 Versão 4.1 [recurso eletrônico].

Manual da Coleta de Dados Simplificada CDS – Versão 3.2 [recurso eletrônico].

Manual do aplicativo e-SUS Território – Versão 3.2 [recurso eletrônico].

Bibliografia Complementar:

Sistemas de informação em saúde: considerações gerais. Journal of health informatics. Jan-Mar; v. 2, n.1, 2010. p.20-24. Disponível em: <http://www.ihsbis.saude.ws/ojs-jhi/index.php/jhi-sbis/article/viewFile/4/52>

BALDISSEROTTO, J.; CELESTE, R. K. Utilização do e-SUS AB e fatores associados ao registro de procedimentos e consultas da atenção básica nos municípios brasileiros. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, e00029418, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00029418>.

3º SEMESTRE		
Componente Curricular:	SAÚDE DA FAMÍLIA	
Carga Horária Relógio: 67	Carga Horária Aula: 80	Período Letivo: 3º
Ementa: Bases teóricas e legislação da Estratégia Saúde da Família- Política nacional da Atenção Básica (PNAB). Financiamento da atenção básica (PREVINE BRASIL). Equipe de saúde e estratégias na ESF. Atuação dos profissionais na ESF. Integralidade da atenção em saúde. Atribuições do agente comunitário de saúde (ACS). Atenção ao cliente/paciente no contexto familiar. Acolhimento e visita		

domiciliar na estratégia saúde da família.

Ênfase Tecnológica: Política Nacional da Atenção Básica- PNAB

Área de Integração: Políticas públicas em saúde, geoprocessamento e territorialização, educação e promoção em saúde, saúde digital e o SIS, saúde da mulher, criança, adolescente, idoso e homem e noções de vigilância em saúde.

Bibliografia Básica:

ASSIS, Marluce Maria Araújo(org.)). **Produção do cuidado no programa saúde da família: olhares analisadores em diferentes cenários.** Salvador: EDUFBA, 180p. ISBN 9878523206697 (broch.).

Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria nº 648, de 28 de março de 2006.** Dispõe sobre a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa da Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs). Diário Oficial da União. 2006 Mar 28. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0648_28_03_2006_comp.html. 2.

Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 22 Out. 2011. [acesso em Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html].

Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. [internet]. Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/index.php/legislacoes/gabinete-do-ministro/16247-portaria-n-2-436-de-21-de-setembro-de-2017>.

COSTA, Elisa Maria Amorim; CARBONE, Maria Herminda. **Saúde da família: uma abordagem multidisciplinar.** Rio de Janeiro: Rubio, c2004. 194 p. ISBN 97885777710393 (broch.).

Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019.** Institui o Programa Previne Brasil. Diário Oficial da União 2019.

Bibliografia Complementar:

Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.925, de 13 de novembro de 1998.** Aprova o Manual para a Organização da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3925_13_11_1998_rep.html.

Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.539, de 26 de setembro de 2019.** Institui a equipe de Atenção Primária - eAP e dispõe sobre o financiamento de equipe de Saúde Bucal - eSB com carga horária diferenciada. Diário Oficial da União 2019.

PESQUISAS em PSF - **Programa Saúde da Família.** Belém: GTR Gráfica e

Editora, 2005. 329 p. (Coleção Pós-Graduação; v. 5) ISBN 8589171124 (broch.). SAMICO, Isabella (Org.). **Avaliação em saúde: bases conceituais e operacionais**. Rio de Janeiro: MedBook, 2010. 175 p. ISBN 9788599977460 (broch.).

TRAD, Leny A. Bomfim ((org.)). Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010. 380p. (Coleção Criança Mulher e saúde) ISBN 9788575411971 (broch.).

3º SEMESTRE		
Componente Curricular:	DOENÇAS CRÔNICAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS - DANT	
Carga Horária Relógio: 67	Carga Horária Aula: 80	Período Letivo: 3º
Ementa: Doenças Crônicas Não Transmissíveis-DCNT:doenças cerebrovasculares e cardiovasculares, doenças respiratórias, neoplasias malignas, obesidade, diabetes, hipertensão;Violências e Acidentes: Violência contra crianças, mulheres e idosos. Lesões de trânsito, homicídios, suicídios, quedas acidentais.; Fatores de risco não modificáveis (genética, sexo e idade) e modificáveis (tabagismo, inatividade física, alimentação não saudável e consumo excessivo de bebidas alcoólicas);Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil; Vigilância de Violências e Acidentes/VIGITEL-Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.		
Ênfase Tecnológica: Prevenção e Controle das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis.		
Área de Integração: Noções de Anatomia e Fisiologia Humana,Noções de Vigilância em Saúde, Educação e Promoção em Saúde.		
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes e recomendações para o cuidado integral de doenças crônicas não transmissíveis. Promoção da Saúde, Vigilância, Prevenção e Assistência. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_recomendacoes_cuidado_doencas_cronicas.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças respiratórias crônicas, Cadernos de Atenção Básica n.25. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_respiratorias_cronicas.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: o cuidado da pessoa tabagista, Cadernos de Atenção Básica n. 40. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_40.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Atividade Física para a População Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em:		

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_br_asileira.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus, Cadernos de Atenção Básica n. 36. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em:

http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica n. 37. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual: Como organizar o cuidado de pessoas com doenças crônicas na APS no contexto da pandemia. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/manual-de-como-organizar-o-cuidado-de-pessoas-com-doencas-cronicas-na-aps-no-contexto-da-pandemia.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências: Portaria MS/GM nº 737 de 16/5/01, publicada no DOU nº 96, seção 1E, de 18 de maio de 2001. Brasília, DF: MS, 2002.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2021-2030. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf/view

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed., 1. reimpr. Brasília, DF: MS, 2014. 156 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Vigitel Brasil 2019: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2019. Brasília, DF: MS, 2020. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/27/vigitel-brasil-2019-vigilancia-fatores-risco.pdf>. Acesso em: 28 maio 2021.

LEMONS, C. A. G.; JORGE, M. T.; RIBEIRO, L. A. Perfil de vítimas e tratamento de lesões por causas externas segundo atendimento pelo Centro de Reabilitação Municipal de Uberlândia, MG – Causas externas e fisioterapia. Revista Brasileira de Epidemiologia, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 482-492, 2013.

MALTA, D. C. et al. Mortalidade por doenças cardiovasculares segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade e as estimativas do Estudo Carga de Doenças no Brasil, 2000-2017. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, São Paulo, v. 115, n. 2, p. 152-160, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Suicide. 17 jun. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO report on cancer: setting priorities, investing wisely and providing care for all. [s. l.]: WHO, 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/330745;jsessionid=2722B5EBF3812CFF2E489833DF9EE9A8>.

3º SEMESTRE		
Componente Curricular:	SAÚDE E INCLUSÃO	
Carga Horária Relógio: 50	Carga Horária Aula: 60	Período Letivo: 3º
Ementa: Trajetória histórica da inclusão das pessoas com deficiência e suas implicações culturais e sociais; Legislação que fundamenta e ampara a pessoa com deficiência; Conceitos de deficiência e suas características; Atendimento à pessoa com deficiência na área da saúde.		

Ênfase Tecnológica: Promoção de conhecimentos sobre o histórico de inclusão de pessoas com deficiência e as legislações que as amparam, considerando o conceito de deficiência e suas características, com ênfase no papel do agente comunitário de saúde como promotor de inclusão.

Área de Integração: Ética e Cidadania, Educação e promoção em saúde, Políticas públicas em saúde.

Bibliografia Básica:

DISCHER, Marilu; TREVISAM, Elisaide. **A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana.** 2014. Disponível em:

<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b>. Acesso em 22 Out. 2023.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva:** indagações e ações nas áreas de educação e da saúde. São Paulo: Avercamp, RAIÇA, Darcy (Org). Tecnologias para a educação inclusiva. São Paulo: Avercamp, 2008. 180 p.

MAIA, Evanira Rodrigues et al. Assistência à pessoa com deficiência: competências do agente comunitário de saúde. **Rev. enferm. UFPE online**, p. 937-944, 2009.

SONZA, Andréa Poletto. **Acessibilidade e tecnologia assistiva:** pensando a inclusão sociodigital de PNEs. Bento Gonçalves (RS): 2013. 367p. (Série Novos Autores da Educação Profissional e Tecnológica).

Bibliografia Complementar:

CERIGNONI, Francisco Nuncio; RODRIGUES, Maria Paula. **Deficiência:** uma questão política? . São Paulo: Paulus, c2005. 70 p. (Coleção Questões fundamentais do cotidiano).

MITTLER, Peter J. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003. 264 p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003. 174 p.

3º SEMESTRE		
Componente Curricular:	NOÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
Carga Horária Relógio: 67	Carga Horária Aula: 80	Período Letivo: 3º
Ementa: Sistema Nacional de Vigilância em Saúde; Vigilância em Saúde no território e promoção da saúde.(Projeto Vigisus; . Vigilância Ambiental); Risco, vulnerabilidade e precaução; Estratégia de ação de vigilância em saúde no território para prevenção e promoção da saúde; Fontes de abastecimento de água, Vigilância Sanitária e principais serviços fiscalizados e licenciados na área de jurisdição do ACS ; Vigilância dos agravos e dos óbitos; Vigilância à saúde do trabalhador com ênfase ao profissional da atenção básica. Ênfase Tecnológica: Instrumentalizar o ACS quanto a observação e análise permanente da situação de saúde da população na sua área de abrangência, articulando-se em um conjunto de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, garantindo a integralidade da atenção, o que inclui tanto a abordagem individual como coletiva dos problemas de saúde Área de Integração: Epidemiologia. Doenças Epidêmicas e Emergentes, Saúde Digital; Projetos Integradores Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância em Saúde no SUS: fortalecendo a capacidade de resposta aos velhos e novos desafios. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2006. GARCIA, Márcia (org.) Vigilância em Saúde. Rio de Janeiro: Escola de Governo em Saúde, 2004. AITH, Fernando; DALLARI, Sueli Gandolfi. Vigilância em saúde no Brasil: os desafios dos riscos sanitários do século XXI e a necessidade de criação de um sistema nacional de vigilância em saúde. Rev. Direito Sanit. [online], vol.10, n.2, p. 94-125, 2009. PEREIRA, M. P. B. & BARCELLOS, C. O território no Programa de Saúde da Família. Hygeia, 2(2): 47- 59, 2006. GONDIM, G.M.M.; MONKEN, M. Territorialização em Saúde. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Osvaldo Cruz, p. 32. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/ArtCient/25.pdf. Acesso em: jan/2012. MENDES, E. V. Distritos Sanitários: processo social de mudanças nas práticas sanitárias para o Sistema Único de Saúde. São Paulo: Hucitec, Abrasco, 1993. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde Ambiental. . Ministério da Saúde. 2011. Arlindo PhilippiJunior. Saneamento, saúde e ambiente: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 1. USP. 2017		

Bibliografia Complementar:

WALDMAN, E. A. Vigilância em Saúde Pública. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. (Série Saúde & Cidadania)

TEIXEIRA, C. F.; PAIM, J. S. & VILLASBÔAS, A. L. SUS: modelos assistenciais e vigilância da saúde. Informe Epidemiológico do SUS, 7(2): 7-28, 1998.

TEIXEIRA, C.; PAIM, J. S. & VILLASBÔAS, A. L. (Orgs.) Promoção e Vigilância da Saúde. Salvador: ISC, 2000.

SANTANA, Kelly Fernanda Silva et al. Competências na promoção da saúde nas práticas de educação ambiental de agentes comunitários de saúde. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 42, 2021.

3º SEMESTRE		
Componente Curricular:	SAÚDE DO HOMEM E DO IDOSO	
Carga Horária Relógio: 50	Carga Horária Aula: 60	Período Letivo: 3º
Ementa: Política de saúde direcionada à saúde do homem e idoso. O processo de envelhecimento humano no contexto da transição demográfica/epidemiológica e suas consequências para a sociedade. Estudo dos aspectos físicos, psicológicos, emocionais e sociais que envolvem o processo saúde-doença e de envelhecimento. O idoso e a vida diária. Patologias crônico-degenerativas; avaliação geriátrica. Prevenção e enfrentamento da violência contra pessoa Idosa. Estatuto do Idoso. Papel do Agente comunitário de saúde no acompanhamento ao homem e idoso; atividades de grupo.		
Ênfase Tecnológica: Políticas de saúde do homem e idoso, papel do ACS na saúde do homem e idoso.		
Área de Integração: Políticas públicas em saúde, noções de anatomia e fisiologia, doenças emergentes e reemergentes, epidemiologia, educação e promoção em saúde, saúde da família, doenças e agravos não transmissíveis e noções de vigilância em saúde.		
Bibliografia Básica: BRASIL. Portaria n. 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e determina outras providências. Diário Oficial da União 2006; 19 out. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Violência contra a pessoa idosa, vamos falar sobre isso? Perguntas mais frequentes sobre direitos das pessoas idosas. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-		

br/assuntos/noticias/2020-2/junho/cartilhacombateviolenciapessoaidosa.pdf.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Brasil: manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. É possível prevenir. É necessário superar.** Brasília, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/manual-de-enfrentamento-a-violencia-contra-a-pessoa-idosa/view>.

COELHO, E.B.S. et al. **Política nacional de atenção integral a saúde do homem.** Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. 66 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_integral_saude_homem.pdf

Bibliografia Complementar:

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.** Cadernos de Atenção Básica, n. 19. Brasília, Ministério da Saúde, 2007. 192 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcad19.pdf>.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva: os homens como sujeitos de cuidado.** Brasília, Ministério da Saúde, 2018. 56 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_reprodutiva_homens_cuidado.pdf.

BRASIL. Diário Oficial da União. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.008, de 4 de maio de 2010. **Expansão da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem por meio de repasse de incentivo financeiro.** | Edição: 80 | Seção: 1, p. 49. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt1008_04_05_2010.html.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde do Idoso.** Caderneta de saúde da pessoa idosa e sua ficha espelho. 5ª ed. Brasília, Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_pessoa_idosa_5ed.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Orientações técnicas para a implementação de Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa no Sistema Único de Saúde – SUS** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 91 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoa_idosa.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.944, de 27 de agosto de 2009.** Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção

Integral à Saúde do Homem. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1944_27_08_2009.html.
 HERRMANN, A. et al. **Guia de Saúde do Homem para Agente Comunitário de Saúde (ACS)**. Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/369121/>.
 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Guia prático do cuidador**. Brasília, Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_cuidador.pdf.

3º SEMESTRE		
Componente Curricular:	SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Carga Horária Relógio: 50	Carga Horária Aula: 60	Período Letivo: 3º
Ementa: No contexto da criança e do adolescente: Ciclos de vida e cuidados em saúde; Agravos e doenças característicos do processo saúde-doença em cada fase do ciclo da vida; Determinantes sociais e de saúde, vulnerabilidades socioculturais e econômicas e seus efeitos sobre a saúde; As políticas, programas e ações estratégicas; Saúde mental na APS; Cuidado à saúde da pessoa com deficiência; e Abordagem ao uso de álcool e outras drogas.		
Ênfase Tecnológica: Políticas de saúde da criança e do adolescente, com articulação com o papel do ACS no território.		
Área de Integração: Políticas públicas em saúde, noções de anatomia e fisiologia, doenças emergentes e reemergentes, epidemiologia, educação e promoção em saúde, saúde da família, doenças e agravos não transmissíveis e noções de vigilância em saúde.		
Bibliografia Complementar: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa, Cadernos de Atenção Básica, n. 19. Brasília, Ministério da Saúde, 2007. 192 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcad19.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva: os homens como sujeitos de cuidado. Brasília, Ministério da Saúde, 2018. 56 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_reprodutiva_homens_cuidado.pdf BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Abuso sexual contra crianças		

e adolescentes – abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Brasília, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/EyUEqTM>

Bibliografia Básica:

BRASIL. Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Saúde Mental, Caderno HumanizaSUS, vol. 5,. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 548 p. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_mental_volume_5.pdf

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção especializada à saúde. Portaria conjunta nº, de 17 de 12 de novembro de 2019. Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Diabetes Mellitus Tipo 1. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 132 p. – ISBN: 978-85-334-1680-2 Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf

BRASIL. Portaria n. 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e determina outras providências. Diário Oficial da União 2006; 19 out .Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde Brasília, Ministério da Saúde, 2014. 106 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_integral_saude.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Metodologias para o cuidado de crianças, adolescentes e famílias em situação de violências. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/metodologia_cuidado_crianças_adolesc

entes_familias.pdf

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Enfrentando a violência on-line contra adolescentes no contexto da pandemia de COVID-19. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/ptbr/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres>

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Violência contra a pessoa idosa, vamos falar sobre isso? Perguntas mais frequentes sobre direitos das pessoas idosas. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/junho/cartilhacombateviolenciapessoaidosa.pdf>

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasil: manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. É possível prevenir. É necessário superar. Brasília, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/manual-de-enfrentamento-a-violencia-contr-a-pessoa-idosa/view>

LIMA DE PAULA, M. et al. Assistência ao usuário de drogas na atenção primária à saúde. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 19, n. 2, p. 223-233, abr./jun. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/ZgnD6nLYNN5zy9JRGz7XsPz/?format=pdf&lang=pt>

COELHO, E.B.S. et al. Política nacional de atenção integral a saúde do homem. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. 66 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_integral_saude_home_m.pdf

SAMUDIO, J.L.P. et al. Cartografia do cuidado em saúde mental no encontro entre agente comunitário de saúde e usuário. Physis vol.27 n.2, Rio de Janeiro Apr./June 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000200006>

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Atenção Primária à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Coordenação de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. Caderneta da Criança: passaporte da cidadania (nova versão) Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_crianca_menino_2ed.pdf

CASTRO, L., SIMONETTI, M.C.X., ARAÚJO, M.J.O. (org) Monitoramento e Acompanhamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (PNPM), 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-paramulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnpmversaoweb.pdf

3º SEMESTRE		
Componente Curricular:	PROJETO INTEGRADOR 2	
Carga Horária Relógio: 50	Carga Horária Aula: 60	Período Letivo: 3º
Ementa: Aplicação de ferramentas de avaliação, acompanhamento e monitoramento de dos produtos elaborados, Definir coletivamente as estratégias de socialização dos produtos acabados; Fóruns de discussões; Adequação dos resultados e socialização; Avaliar a satisfação do discentes em relação aos produtos alcançados em, termos de aprendizados; um projeto ou portfólio e um plano de ação com estratégias de atuação em Programas de Saúde da Família e Comunidade.		
Ênfase Tecnológica: Introduzir o aluno nas principais questões conceituais e metodológicas das disciplinas do semestre e adotar atitude interdisciplinar e transdisciplinar nas práticas educativas.		
Área de Integração: Componentes Curriculares do semestre.		
Bibliografia Básica: WOILER, S. & MATHIAS, F. W. Projetos: Planejamento, Elaboração e Análise. São Paulo. Atlas, 1996. MARTINS, W. F. & WOILER, S. Projetos: Planejamento, Elaboração e Análise. 2. ed. Atlas, 2008. BALLESTERO-ALVAREZ, M. E. Manual de Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2000.		
Bibliografia Complementar: BALLESTERO-ALVAREZ, M. E. Manual de Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2000. ABNT. NBR 6023: Informações e documentação: Referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. _____. NBR 10520: Informação e documentação: Citações de documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.		

25.3 APÊNDICE C: Questionário de avaliação de curso técnico subsequente (Avaliação Discente).

AVALIAÇÃO DO CURSO PELO DISCENTE

O Curso Técnico Subsequente em Agente Comunitário de Saúde realiza a cada final de semestre/ano letivo a avaliação dos Professores e do Coordenador do

Curso. Entendendo que a avaliação deve ser responsabilidade de todos e uma prática incorporada ao cotidiano da Instituição, a participação do corpo discente é de fundamental importância a cada realização. O Objetivo é contar com o envolvimento dos discentes para melhorar ainda mais a qualidade do ensino, mediante conhecimento da sua percepção quanto à atuação do Professor e da Coordenação de Curso, em seu contexto de trabalho, bem como de sua autoavaliação.

Em todos os questionários, os respondentes atribuem um conceito que está distribuído em uma escala que vai de 1 a 5, onde: 5 = Excelente, 4 = Muito bom, 3 = Bom, 2 = Regular e 1 = Insuficiente.

I – Avaliação da Gestão do Curso e da Infraestrutura		Nota
1.1	Como foi a comunicação da coordenação do curso com os alunos?	
1.2	A coordenação promoveu ações de mediação em situações eventuais de conflito ocorridas na relação professor-aluno?	
1.3	Como você avalia o atendimento prestado pela coordenação de curso quanto à resolução de problemas?	
1.4	O coordenador demonstrou domínio a respeito das informações sobre a Instituição e o Curso e foi claro no repasse aos alunos?	
1.5	A coordenação do curso esteve disponível para orientação acadêmica dos alunos?	
1.6	A instituição ofereceu oportunidades para os alunos atuarem como representantes em órgãos colegiados?	
1.7	As condições de infraestrutura das salas de aula estão adequadas (dimensão, climatização, iluminação, mobiliário e limpeza)?	
1.8	Os recursos e materiais disponíveis para as aulas práticas são adequados para a quantidade de alunos na turma?	
1.9	Os laboratórios estão equipados à necessidade do curso?	
1.10	A biblioteca dispõe de referenciais bibliográficos (livros, periódicos, acesso ao sistema <i>pergamum</i>) necessários aos alunos / curso?	
1.11	A biblioteca dispõe de infraestrutura (dimensão, climatização, iluminação, mobiliário e limpeza) adequada à utilização pelos alunos?	

II – Avaliação da Organização Didático-Pedagógica e do Corpo Docente		Nota
2.1	Os Planos de Disciplinas (ementa, objetivos, metodologia, critérios de avaliação, conteúdos e bibliografia) elaborados pelos docentes foram apresentados e disponibilizados aos alunos?	
2.2	Os conteúdos abordados nos componentes curriculares do ano/semestre foram cumpridos de acordo com o plano de disciplina? Teve clareza e objetividade?	
2.3	Os docentes demonstraram domínio dos conteúdos abordados?	
2.4	Os docentes foram assíduos e pontuais na frequência às aulas?	
2.5	As metodologias de ensino utilizadas pelos docentes proporcionaram o aprofundamento de conhecimentos e no desenvolvimento de competências reflexivas, críticas e argumentativas?	
2.6	As avaliações da aprendizagem realizadas foram compatíveis com os conteúdos ministrados ao longo das disciplinas?	
2.7	Os docentes realizaram estudos de recuperação paralela de conteúdo e nota para os alunos com baixo rendimento escolar ao longo do período letivo?	
2.8	Os docentes utilizaram Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs (projektor multimídia, laboratório de informática, ambiente virtual de aprendizagem) como recurso de apoio ao ensino?	
2.9	As atividades práticas foram suficientes para relacionar conteúdo do curso com a prática, contribuindo para a sua formação profissional?	
2.10	A relação professor-aluno estimulou você a estudar, aprender e desenvolver o pensamento crítico?	
2.11	Os docentes mantiveram atitudes de respeito e cortesia com os alunos?	
2.12	Os docentes apresentaram disponibilidade para o atendimento dos alunos fora do horário das aulas (atendimento intraescolar)?	

III – Autoavaliação Discente		Nota
3.1	Sou um aluno assíduo (presente em sala de aula)?	
3.2	Sou pontual no cumprimento dos horários de início e término das aulas?	

3.3	Participo ativamente das aulas, estando atento às explicações do professor, contribuindo na dinâmica da aula?	
3.4	Como você avalia seu desempenho (notas e aprendizado) nas disciplinas do curso?	
3.5	Participo e realizo os trabalhos desenvolvidos individualmente e em grupos, com compromisso ético?	
3.6	Participo de atividades de pesquisa e extensão, por meio de projetos e programas, promovidos pelo curso?	
3.7	Consigo estabelecer relação entre teoria e prática na área profissional do curso?	
3.8	Busco referenciais de apoio (pesquisas na Internet, biblioteca etc.) para aprofundamento dos conteúdos trabalhados em aula?	
3.9	Mantenho um clima de respeito mútuo e ético em sala de aula (professores e alunos)?	
3.10	Busco esclarecimentos das dúvidas referentes às disciplinas, consultando o professor?	
3.11	Busco conhecer os documentos institucionais disponíveis do site do IFPA e do Campus (Projeto do Curso, PDI, PPI, Regimentos, Normas Acadêmicas, Calendário etc.)?	

IV – Utilize o espaço abaixo para comentar detalhes que você julgue importantes para o Curso e para o IFPA.

25.4 APÊNDICE D: Questionário de avaliação de curso técnico subsequente (Avaliação Docente).

AVALIAÇÃO DO CURSO PELO DOCENTE

O Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde realiza a cada final de semestre/ano letivo a avaliação dos Professores e do Coordenador do curso. Entendendo que a avaliação deve ser responsabilidade de todos e uma prática

incorporada ao cotidiano da Instituição, a participação do **corpo docente** é de fundamental importância a cada realização. O Objetivo é contar com o envolvimento dos docentes para melhorar ainda mais a qualidade do ensino, mediante conhecimento da sua percepção quanto à atuação da **Coordenação de Curso**, em seu contexto de trabalho, bem como de sua **autoavaliação**.

Em todos os questionários os respondentes atribuem um conceito que está distribuído em uma escala que vai de 1 a 5, onde: **5 = Excelente, 4 = Muito bom, 3 = Bom, 2 = Regular e 1 = Insuficiente**.

I – Avaliação da Gestão do Curso e da Infraestrutura		Nota
1.1	Como foi a comunicação da coordenação do curso com os professores?	
1.2	Como você avalia o engajamento da coordenação para o desenvolvimento do curso?	
1.3	Como você avalia o atendimento prestado pela coordenação de curso quanto à resolução de problemas?	
1.4	O coordenador demonstrou domínio a respeito das informações sobre a Instituição e o Curso?	
1.5	Atribua um conceito à Coordenação quanto à divulgação das atividades de Colegiado do Curso.	
1.6	Atribua um conceito à Coordenação quanto à divulgação das atividades do Núcleo Docente Estruturante – NDE.	
1.7	Como você avalia a qualidade das reuniões organizadas pela Coordenação de Curso?	
1.8	As condições de infraestrutura das salas de aula estão adequadas (dimensão, climatização, iluminação, mobiliário e limpeza)?	
1.9	Os recursos e materiais disponíveis para as aulas práticas são adequados para a quantidade de alunos na turma?	
1.10	Os laboratórios estão equipados à necessidade do curso?	
1.11	A biblioteca dispõe de referenciais bibliográficos (livros, periódicos, acesso ao sistema <i>pergamum</i>) necessários aos alunos / curso?	
1.12	A biblioteca dispõe de infraestrutura (dimensão, climatização, iluminação, mobiliário e limpeza) adequada à utilização pelos alunos?	

II – Autoavaliação Docente		Nota
2.1	Sou pontual nos meus horários de trabalho?	
2.2	Sou assíduo?	
2.3	Os Planos de Disciplinas foram elaborados e postados no SIGAA no período marcado?	
2.4	Os Planos de Disciplinas foram apresentados e disponibilizados aos alunos?	
2.5	Os conteúdos abordados nos componentes curriculares do ano/semestre foram cumpridos de acordo com o plano de disciplina?	
2.6	Transmite os conteúdos de forma clara e objetiva, facilitando a comunicação e entendimento pelos alunos?	
2.7	Desenvolve práticas de ensino/aprendizagem que contribuem para a motivação dos alunos na construção do conhecimento?	
2.8	As metodologias de ensino utilizadas por você proporcionaram aos alunos o aprofundamento de conhecimentos e no desenvolvimento de competências reflexivas, críticas e argumentativas?	
2.9	Realiza avaliação periódica e processual compatíveis com os conteúdos ministrados ao longo da disciplina?	
2.10	Realiza estudos de recuperação paralela de conteúdo e nota para os alunos com baixo rendimento escolar ao longo do período letivo?	
2.11	As Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs (projutor multimídia, laboratório de informática, ambiente virtual de aprendizagem) foram utilizadas como recurso de apoio ao ensino?	
2.12	Você manteve atitudes de respeito e cortesia com os alunos?	
2.13	Participa de atividades de pesquisa e extensão, por meio de projetos e programas, promovidos pelo curso?	
2.14	Utiliza e-mail institucional e o SIGAA como forma oficial, para se comunicar com alunos, coordenadores e demais professores?	
2.15	Compartilho experiências profissionais com os outros docentes?	
2.16	Busco formação para qualificar a atuação como docente?	
2.17	Tenho uma postura ética em relação aos alunos?	
2.18	Relaciona-se com os colegas de trabalho respeitando as diferenças favorecendo um clima de trabalho saudável.	
2.19	Entrego as notas e frequência dentro do prazo estabelecido no calendário acadêmico do Campus (SIGAA)?	

2.20	Apresento disponibilidade para atendimento dos alunos fora do horário das aulas (atendimento intraescolar)?	
2.21	Tenho ética com os colegas docentes? Evito fazer comentários sobre os outros docentes em sala de aula?	

III – Utilize o espaço abaixo para comentar detalhes que você julgue importantes para o Curso e para o IFPA
